

ISABEL REGINA AUGUSTO & ROBERTA SCHEIBE
(ORGANIZADORAS)

NO CORAÇÃO DO MEIO DO MUNDO

MÚLTIPLAS REDES PERIFÉRICAS EM
IDENTIDADES, PAISAGENS, MIGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO





ISABEL REGINA AUGUSTO & ROBERTA SCHEIBE
(ORGANIZADORAS)



NO CORAÇÃO DO MEIO DO MUNDO

MÚLTIPLAS REDES PERIFÉRICAS EM
IDENTIDADES, PAISAGENS, MIGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO

editora
da UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ



Copyright © 2018, Autores

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes

Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro

Pró-Reitor de Planejamento: Jefferson da Silva Martins

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Aretha Barros Silva

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Daize Fernanda Wagner Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. MSc. Adolfo Francesco de Oliveira Colares

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Tiago Luedy Silva

Editor-Chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Artemis Socorro do N. Rodrigues	Marcus André de Souza Cardoso da Silva
César Augusto Mathias de Alencar	Maria de Fátima Garcia dos Santos
Cláudia Maria do Socorro C. F. Chelala	Patrícia Helena Turola Takamatsu
Daize Fernanda Wagner Silva	Patrícia Rocha Chaves
Elinaldo da Conceição dos Santos	Robson Antonio Tavares Costa
Elizabeth Machado Barbosa	Rosilene de Oliveira Furtado
Elza Caroline Alves Muller	Simone de Almeida Delphim Leal
José Walter Cárdenas Sotil	Simone Dias Ferreira
Luis Henrique Rambo	Tiago Luedy Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C787c

No coração do meio do mundo: múltiplas redes periféricas em identidades, paisagens, migração e comunicação / Isabel Regina Augusto & Roberta Scheibe (organizadoras) – Macapá : UNIFAP, 2018.

76 p.

ISBN: 978-85-5476-024-3

1. Redes Periféricas. 2. Identidade. 3. Paisagem. 4. Migração. 5. Comunicação. I. Isabel Regina Augusto. II. Roberta Scheibe. III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

CDD: 300

Diagramação: Tiago Emanuel Campelo Kopp & Victor Guilherme Cordeiro Salgado
Arte da Capa: Sadami Yoshida & Victor Salgado



Editora da Universidade Federal do Amapá

Site: www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, Campus Marco Zero do Equador
Macapá-AP, CEP: 68.903-419

Isabel Regina Augusto & Roberta Sheibe
(organizadoras)

**No coração do meio do mundo:
Múltiplas redes periféricas em identidades, paisagens,
migração e comunicação**



MACAPÁ-AP
2018

SUMÁRIO

Apresentação	5
Rede Jornalistas Livres: jornalismo ativista no processo da democratização da informação no Brasil	6
A imagem/identidade indígena para um grupo de alunos do ensino médio	22
Violências Transparentes no Cotidiano do Conjunto Habitacional: Etnobiografias, subjetividades e resistências femininas em Macapá-AP	32
O impacto da Língua Francesa para a comunicação interfronteiriça: Amapá e Guiana Francesa	42
Processo de comunicação e cooperação policial: Defesa e segurança da fronteira Franco-brasileira	53
Narrativas híbridas no telejornalismo brasileiro contemporâneo: análise dos programas Profissão Repórter e CQC	66



APRESENTAÇÃO

O Grupo de pesquisa CUCAS – Cultura, Comunicação, Arte e Sociedade, criado em 2014, reúne pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas em perspectiva interdisciplinar com atuação em diferentes campos como a Comunicação, Artes, Letras, História, Antropologia, Urbanismo, Educação, Meio Ambiente e Saúde. Possui como referências Bruno Latour, Nestor Canclini, Jesus Martin Barbero, Boaventura entre outros, explorando as interfaces ou conexões de saberes. Busca criar e consolidar redes de pesquisa no âmbito regional, nacional e internacional, com participação em duas delas.

Está organizado em duas linhas de pesquisa: “Cultura, Memória, Identidades e Paisagens” e “Linguagens Híbridas: Narrativas, Tradicionais, Modernas e Contemporâneas”. Fazem parte do Grupo pesquisadores de universidades brasileiras e do exterior, além dos pesquisadores e estudantes de Iniciação Científica da Instituição sede: UNIFAP.

O CUCAS realiza investigações, em caráter interdisciplinar, com diferentes abordagens teórico-metodológicas, de temáticas centradas na realidade da Amazônia, a partir daquela amapaense, e inseridas no cenário brasileiro e internacional. Nossas pesquisas buscam resgatar e pensar as histórias, memórias, identidades, as interações sociais e as expressões culturais e artísticas da vida no estado do Amapá. E empregam as variadas formas de narrativas (escritas, visuais, sonoras, audiovisual etc). Realizamos reuniões e seminários de estudos e debates bem como a publicação dos resultados de pesquisas.

Em agosto de 2016, o Grupo realizou o I Simpósio CUCAS sob o título: **Redes Periféricas em Múltiplas Perspectivas sobre Identidades, Paisagens, Migração e Comunicação**. E publicou em 2017 o primeiro livro do Grupo, pela Editora Autografia/EDUNIFAP com apoio de Edital 2015/Propespg, versando sobre as mesmas temáticas do I Simpósio e proposta interdisciplinar de construção de diálogo de saberes, com a participação de diferentes autores de cinco Universidades Federais brasileiras (UFRJ, UFMG, UFRR, UFES e UNIFAP) entre membros do CUCAS e parceiros da Redes de Pesquisa que o mesmo busca formar e consolidar.

Esta publicação em forma de e-book traz a público trabalhos apresentados no I Simpósio CUCAS ocorrido em agosto de 2016 na Universidade Federal do Amapá.

Isabel Regina Augusto & Roberta Scheibe
Coordenadoras



Rede Jornalistas Livres: jornalismo ativista no processo da democratização da informação no Brasil

Cíntia Conceição Damasceno de SOUZA¹

Barbara Faleiro MACHADO²

RESUMO

Este artigo lança um olhar analítico sobre a prática do jornalismo ativista somada às implicações do avanço tecnológico no ciberespaço, com destaque para a atuação da Rede Jornalistas Livres no processo de democratização da informação no Brasil. A pesquisa assinala as principais teorias da comunicação que abordam desde a industrialização, digitalização, até a virtualização dos produtos e meios midiáticos, explorando a diversidade bibliográfica existente e, via pesquisa exploratória, apresenta recortes de fatos históricos desde a Imprensa Régia de 1808, passando pelas mudanças de paradigmas e transformações inerentes ao jornalismo tradicional, frente ao processo de retribalização do século XX, chegando à consolidação digital do midialivrismo em março de 2015. É nesse sentido que se apresenta a Rede Jornalistas Livres como mídia contra-hegemônica brasileira, legitimada pela inteligência coletiva.

Palavras-Chave: Teorias da Comunicação; Democratização da Informação; Jornalismo Digital; Midialivrismo; Rede Jornalistas Livres.

1 INTRODUÇÃO

A reconfiguração dos meios de comunicação provocada pela convergência digital a partir da década de 1970 influencia continuamente o modo de pensar e agir da humanidade. Os paradigmas cartesianos que acompanham essa evolução dos meios de comunicação alteram também a prática do jornalismo.

No panorama atual, a notícia publicada na internet mostra o que os telejornais de cadeia nacional omitem. Tal afirmativa resultante das discussões apresentadas pelos movimentos sociais é lastro do discurso defendido pelas organizações civis que lutam pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. Na contramão da

¹ Jornalista especializando em Comunicação e Marketing em Mídias Sociais, pela Faculdade Estácio de Macapá, Amapá, Brasil – cintiasouza.civel@gmail.com – Av. General Osório, 1384 – Jesus de Nazaré – Macapá/AP – 68908-127 – (96) 99172-3889 / (96) 98112-2088.

² Jornalista especialista em Criação e Produção em Mídias Eletrônicas, Gestão e Docência no Ensino Superior e especializando em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Fatech, Amapá, Brasil – barbara.faleiro@gmail.com – Av. Mãe Luzia, 1144 casa A – Jesus de Nazaré – Macapá/AP – 68908-122 – (96) 99197-6580.



informação, supostamente negligenciada pelos grandes veículos, essa frente ativista experimenta, no uso da plataforma *on-line*, uma nova lógica de processar a informação, a qual a sociedade contemporânea designa mídia livre.

De acordo com a Carta Aberta lançada ao público durante o 4º Fórum Mundial de Mídia Livre³, os midialivristas⁴ são “mulheres e homens comunicadoras e comunicadores, ativistas, jornalistas, *hackers*, meios comunitários ou livres, movimentos sociais, associações ou organizações populares” (CARTA, 2015) que militam pela democratização da comunicação como condição essencial para a construção de um mundo justo e sustentável.

Nós, comunicadores/as e ativistas, engajados/as em múltiplas práticas de comunicação emancipatória em diferentes regiões do mundo, livremente reunidos/as em março de 2015 em Túnis, por ocasião do 4º Fórum Mundial de Mídia Livre, organizado nos marcos do Fórum Social Mundial 2015, adotamos a presente Carta Mundial da Mídia Livre, como resultado de nossa reflexão coletiva iniciada em 2013 e como expressão da nossa voz de resistência e engajamento em defesa de uma comunicação justa e emancipatória, comprometida com as evoluções do mundo e da humanidade. (CARTA, 2015).

A ação protagonizada pelos midialivristas baseia-se na prática da divulgação de notícias de caráter plural e multimidiático, capilarizado em rede, representante da diversidade social, com seus sotaques e peculiaridades culturais. Os midialivristas são agentes produtores de mídia contra-hegemônica.

Assim, seguindo os preceitos que norteiam a mídia livre, em março de 2015 surge no Brasil a Rede Jornalistas Livres, entidade formada por jornalistas, *videomakers*, ativistas, fotógrafos, ilustradores e editores de diversas regiões do país. A iniciativa apresenta-se como uma rede cujas atividades são focadas no propósito de resgatar a confiança do público brasileiro no conteúdo jornalístico, com compromisso ético, garantindo a qualidade da notícia.

Somos uma rede de coletivos originada na diversidade. Existimos em contraponto à falsa unidade de pensamento e ação do jornalismo praticado pela mídia tradicional centralizada e centralizadora. Pensamos com nossas próprias cabeças, cada um(a) de nós com sua própria cabeça. Os valores que nos unem são o amor apaixonado pela democracia e a defesa radical dos direitos humanos. Nos opomos aos estratégias da tradicional indústria jornalística (multi)nacional, que, antidemocrática por natureza, despreza o espírito jornalístico em favor de mal-

³ O 4º Fórum Mundial de Mídia Livre aconteceu em Tunis no período de 22 a 28 de março de 2015. O evento ocorre desde 2001.

⁴ O termo midialivrismo, de acordo com Ivana Bentes (2015), representa o exercício da comunicação feito por agentes sociais de forma independente, através do acesso às novas mídias.



disfarçados interesses empresariais e ideológicos, comerciais e privados, corporativos e corporativistas (JORNALISTAS, 2015).

Norberto Bobbio (1989) define o processo democrático como grau elevado de participação do maior número possível de pessoas em determinada órbita de iniciativas. Realocar essa definição para o âmbito da comunicação de massa implica na idealização de um espaço onde os recursos que ele oferece permitam uma completa interatividade coletiva, no campo das ideias e ações.

No nível conceitual, a relação entre o meio de massa e a interação coletiva trouxe à tona algumas das principais teorias da comunicação. Aqui citamos pensadores como Marshall McLuhan (1964) e Pierre Lévy (2002), que conjecturam as potencialidades da tecnologia e seus feitos na sociedade contemporânea. Cada autor em sua época, com objetos de estudo distintos, porém com análise sob o mesmo prisma. “As consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo padrão introduzido em nossas vidas por uma tecnologia ou extensão de nós mesmos” (MCLUHAN, 1964, p.21).

Tais relações se estendem aos pensamentos de Jesús Martín-Barbero (2002) com as Teorias das Mediações⁵ e Edgar Morin (2001) com o conceito de Noosfera, balizando os pressupostos que formatam a tese defendida neste artigo, que segue, como linha de raciocínio, a evolução tecnológica dos meios de comunicação e suas implicações na sociedade atual.

Portanto, o viés ativista da Rede Jornalistas Livres, as teorias da comunicação e o debate em torno da democratização da informação no Brasil são os temas que nos remetem à questão analisada nesse artigo. A correlação entre as teorias supracitadas e a dinâmica recém-desenvolvida dessa nova forma de fazer jornalismo (na plataforma *on-line*) é o que nos direciona o olhar para as transformações ocorridas na sociedade contemporânea.

2 TRANSFORMAÇÕES DA IMPRENSA

As novas tecnologias aceleram a velocidade da informação, ampliam o fluxo de conteúdo e atingem o público em proporções cada vez maiores. O fenômeno é mundial. O modo do homem se comunicar mudou e essa mutação não poderia deixar de alterar também a essência da própria imprensa, repercutindo no debate em torno da democratização da informação.

⁵ Segundo Martín-Barbero, a Teoria das Mediações aponta a relevância da influência que os elementos inseridos no meio midiático exercem no teor da mensagem.



Acompanhar a trajetória da imprensa, com suas adequações diante da conexão entre os avanços tecnológicos e sociais, nos remete a uma compreensão sobre a colaboração dos meios de comunicação no desenvolvimento cognitivo do homem. Embora, para que esta saia da superfície, McLuhan (1964) nos leva a imergir na relação entre os estímulos que os meios provocam. Ideia essa, na qual o autor sustenta a teoria: o meio é a mensagem. “Pois a ‘mensagem’ de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas”. (MCLUHAN, 1964, p.22).

Martín-Barbero (2002) complementa o pensamento de McLuhan (1964) ao afirmar que, ainda que os meios de comunicação sejam a mensagem, isso não faz do receptor um agente passivo diante da realidade que o cerca. O autor chama atenção para a existência de uma cadeia comunicacional vigorosa que leva em conta, além dos “meios/mensagens”, os aspectos culturais que também influenciam na mensagem final decodificada pelo receptor.

Seguindo esse raciocínio, a Rede de Jornalistas Livres apresenta-se aqui como mídia alternativa que revela um novo comportamento jornalístico, sobretudo, identificado pelo seu caráter ativista e conteúdo impregnado de artifícios culturais evidenciados nas reportagens produzidas com base em narrativas diferenciadas daquilo que é praticado pela imprensa hegemônica. Perfil esse que se contrapõe ao tradicional em dois aspectos: forma e conteúdo. Como cita Felipe Pena (2005), incluindo a teoria do espelho ao modelo anacrônico, baseado na narração do fato em si como representação legítima da realidade:

Até hoje, a comunidade jornalística defende a teoria do espelho com base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos (PENA, 2005, p.126).

A internet, com suas ambiências tecnológicas, favorece a aplicação do discurso da Rede Jornalistas Livres em prol da democratização da informação, uma vez que ela própria oferta subsídios essenciais para que tais competências venham a se concretizar, incluindo a resposta do receptor às interações provocadas pelos meios, mensagens e agentes envolvidos. “À medida que tecnologias proliferam e criam séries inteiras de ambientes novos, os homens começam a considerar as artes como ‘antiambientes’ ou ‘contra-ambientes’ que nos fornecem os meios de perceber o próprio ambiente” (MCLUHAN, 1964, p.12).



O visionário McLuhan (1972), que vislumbrou a internet cerca de 30 anos antes de sua existência, não viveu para assistir tamanha desenvoltura empregada à comunicação, mas talvez não se admirasse com o cenário atual, pois já cogitava o que estaria por vir ao presumir que o homem, num processo programado, evoluiria mediante sua conexão com a tecnologia.

O pensamento sistêmico de McLuhan (1964) deu origem ao conceito da Aldeia Global, que ele define como estágio maior do resultado da interferência da tecnologia eletrônica nas inter-relações humanas, no sentido de quebrar as barreiras geográficas, culturais e étnicas, conectando o mundo a uma só tribo.

2.1 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA MÍDIA

Para reconstruir a evolução do homem tribal, em paralelo às experiências comunicacionais, de modo a conectar o passado ao futuro, convém reportar a história desde o uso da linguagem oral ao meio de comunicação coletiva, global e retribalizada.

O cenário, portanto, tem início ainda no século XIX, quando Gutenberg cria os tipos móveis que darão origem à prensa, responsável pela reprodução do conteúdo impresso em larga escala. Ou seja, entende-se que nossa linha evolutiva dos meios de comunicação de massa tem como ponto de partida o surgimento da imprensa no mundo e suas implicações no processo do comunicar, segundo a visão de McLuhan (1972).

Vale ressaltar que, em seus estudos, o autor baliza parte das análises sobre a ruptura cultural entre os dois momentos, citando observações de J. C. Carothers, ao comparar o homem primitivo não-alfabetizado e o primitivo alfabetizado. Assim, para McLuhan (1972), o homem tipográfico abandona a cultura oral e manuscrita, denominada por ele tribal, para adentrar num universo de interação limitada, destribalizada, embora, essencial para o seu desenvolvimento intelectual na cultura moderna.

Ressignificar esse contexto para a realidade brasileira envolve expor sua relação com o poder político-econômico vigente, o uso das tecnologias e a participação dos agentes sociais envolvidos neste processo. Para tanto, faz-se necessária à amostra de recortes da história, como a introdução da imprensa no Brasil, os fatos que deram origem à luta pela regulamentação dos meios de comunicação de massa no país (em virtude dos acontecimentos políticos inerentes ao processo de concessões de rádio e TV) e os ensejos que provocaram a insurgência da imprensa dita independente.

Sobre o preâmbulo da imprensa no Brasil, Matías Molina (2015) aponta que os primeiros esboços oficiais dessa tecnologia gráfica tupiniquim, tardia em relação às demais colônias europeias, foram elaborados para atender à demanda gerada pela



burocracia da monarquia vigente, no ano de 1808. Portanto, a imprensa é fundada no país com a chegada da família real portuguesa e o surgimento da Imprensa Régia, no dia 13 de maio daquele ano, seguida dos jornais: o Correio Brasiliense e Gazeta do Rio de Janeiro.

Entretanto, Molina (2015) nos conta que “O Brasil entrou na galáxia de Gutenberg não pela impressão de obras no país, mas pelas referências impressas a ele feitas por ocasião do descobrimento, que atraíram a curiosidade geral” (p.35). Desse modo, a imprensa no Brasil floresce assumindo status de Imprensa Régia, para documentar a história, e nasce subserviente ao Reino de Portugal.

Incluir o período colonial na história da imprensa brasileira é na verdade uma tentativa de explicar por que o país não teve imprensa nos primeiros três séculos de sua história. Afinal, foi somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808, que o Brasil ingressou nessa empreitada, três séculos e meio depois das primeiras obras estampadas por Gutenberg e muitos anos depois de a tipografia ter sido instalada em várias cidades da América espanhola e nas colônias de língua inglesa. (MOLINA, 2015, p.35).

Inaugurada a história da imprensa no Brasil, o que sucede é uma narrativa de perseguição e obscuridade. Segundo Molina (2015), os veículos que se opunham ao poder das elites política e econômica, sobretudo no período que vai do Império Português (1831- 1840) ao Regime Militar (Era Vargas e ditadura militar, 1937-1964) pagavam o alto preço da censura. No entanto, o que era para ser uma limitação serviu de inspiração. A imprensa se reinventava a cada época. No início, como Imprensa Operária e posteriormente como Imprensa alternativa.

A resistência do jornalismo diante da censura e do autoritarismo ao longo da história da política brasileira promoveu o encontro de importantes repórteres, articulistas, intelectuais, artistas e ativistas políticos que, segundo Bernardo Kucinski (1988), a partir de então passaram a produzir conteúdo de cunho indagador, direcionado aos mandos e desmandos das instituições que reprimiam a liberdade de expressão no país. As publicações ativistas criticavam a política, suas normas aplicadas ao modelo econômico e aos costumes culturais de caráter reacionário:

Ao fim de 15 anos de ditadura militar brasileira, haviam nascido cerca de 160 periódicos de vários tipos satíricos políticos, feministas, ecológicos, culturais que tinham como traço comum a intransigente oposição do governo. Hoje pertencente à história. Todos desapareceram. Leitores que não conheceram esses jornais não têm ideia dos momentos de encantamento que provocavam, de como incomodaram os militares, de como começavam bem e acabavam invariavelmente mal. (KUCINSKI, 1988, p.178).



A partir dos anos de 1960, a imprensa alternativa coloca em cena novas propostas estéticas e operacionais, provocando inovação no trato com o público. “Dessas mudanças no imaginário dos protagonistas da imprensa alternativa é que se retira uma periodização elucidativa do que foi o ciclo alternativo, muito mais do que dos marcos instituídos pelo regime, frequentemente adotados pela historiografia corrente” (KUCINSKI, 1988, p.18).

2.2 DO “INDAGAR, QUESTIONAR, DUVIDAR, ABRIR PARA O DIÁLOGO E PARA O DEBATE” AO “CURTIR, COMENTAR E COMPARTILHAR”

A imprensa de oposição atuante nas décadas de 1960/1970, na época popularizada como imprensa Nanica⁶, mesmo cerceada pelo governo, contribuiu com uma nova forma de pensar o Brasil. Essa mesma dinâmica, de acordo com a carta de apresentação⁷ da Rede Jornalistas Livres (JORNALISTAS, 2015), representa o lastro que fundamenta as bases do discurso dos jornalistas ativistas e que, segundo eles, já ocorre na prática, através da geração de conteúdo via internet. Ou seja, na defesa de seus ideais, a Rede Jornalistas Livres apresenta uma reciclagem, com adequações multimidiáticas, das práticas da imprensa nanica.

Então, de acordo com Kucinski (1988), dividido entre a imprensa omissa e a imprensa nanica, o conteúdo jornalístico transmitido no período da repressão militar, narrou em duas versões o comportamento social daquele tempo. E, se no passado o lema das redações de caráter ativista era: “Indagar, questionar, duvidar, abrir para o diálogo e para o debate”, defendido por João Antônio (*apud* ESTEVES, 2011), hoje, com mesmo engajamento, ecoado pela voz dos principais coletivos, o lema “Mídia democrática, plural, em rede, pela diversidade e defesa implacável dos direitos humanos” assemelha-se ao ideal de origem (JORNALISTAS, 2015).

O que vemos aqui é uma continuação de uma trajetória que teve início há mais de 180 anos. Contudo, após a ditadura militar, o liberalismo econômico substituiu toda e qualquer força de dominação no país. A sociedade, impactada, passou a receber nova modelagem, com paradigmas que influenciavam o arcabouço cultural das classes.

Para a imprensa, este momento representa um marco na história do jornalismo, afinal, emerge o mercado da notícia – com reflexos de comportamentos já pautados por Theodor Adorno e Max Horkheimer (*apud* RÜDIGER, 2001, p.134), por meio do

⁶ Imprensa Nanica ou Marginal foi um termo cunhado pelo jornalista João Antônio em publicação na Revista O Pasquim (nº 318).

⁷ A carta assinada pelos coletivos que integram a Rede Jornalistas Livres descreve os preceitos que definem a sua forma de atuação. O material está disponível no site jornalistaslivres.org.



conceito da Indústria Cultural⁸ – e com ele novos mecanismos de atuação, com regras bem estabelecidas: “as grandes empresas jornalísticas, no essencial, se autocensuram. Isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários” (SODRÉ, 1999, p.408).

Com linhas editoriais definidas de acordo com as relações mercantis, nesse período, a imprensa revela-se dona de caráter alienante em relação às massas. Para Sodré (1999), isso se explica porque “a liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, e depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, e do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade” (SODRÉ, 1999, p.408).

A imprensa no Brasil, pós 1990 – período em que tem início um fenômeno ao qual os midialivristas chamam de coronelismo eletrônico⁹ – assume viés econômico cada vez mais íntimo das relações políticas. A elite, privilegiada, passa a pautar a luta da militância em prol da democratização da mídia no país, o que desencadeia uma série de denúncias e protestos promovidos até os dias atuais.

Essa catalogação, feita pelos movimentos sociais mostra que diante do novo formato, para manter o controle sobre a informação que a imprensa veicula, os governos apegam-se à legislação e adotam o sistema normativo das concessões de licenças de Rádio e TV, para assim conferir legalidade a um esquema que privilegia com a outorga das concessões somente as pessoas de sua confiança.

O projeto “Donos da Mídia”, que cruzou informações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entre os anos 1987 e 2008, levantou que, até 2008, 271 políticos estavam ligados, direta ou indiretamente, em negócios com 324 empresas de comunicação. A pesquisa também atenta para o fato de que o governo José Sarney (1985-1990) foi o campeão de outorgas de rádio e TV: 527 concessões e permissões de emissoras de rádio e TV e, a maior parte das concessões foram para parlamentares que, de acordo com a pesquisa, “posteriormente votaram pela aprovação do quinto ano de seu mandato”. (INTERVOZES, 2015).

Tal fato é narrado e repudiado pelo coletivo midialivrista Intervozes em 2007, ano da divulgação da lista de concessões de rádio e TV pelo Ministério das Comunicações.

⁸ Adorno e Horkheimer, integrantes da Escola de Frankfurt, um coletivo de pensadores e cientistas sociais alemães, elaboraram o conceito da indústria cultural para analisar a relação de consumo da arte no mercado capitalista.

⁹ Coronelismo eletrônico é o termo empregado ao monopólio dos meios de comunicação no Brasil que, em regra geral, favorecem os interesses da elite.



Nesse Manifesto¹⁰, o coletivo chama atenção da opinião pública para as consequências que as outorgas nas mãos de políticos podem causar para a democracia vigente no país.

2.3 CONVERSÃO MIDIÁTICA: A IMPRESSA NO CIBERESPAÇO

Inicia-se no Brasil, entre os anos 1970 e 1980, a inserção da tecnologia eletrônica e com ela a retribalização¹¹ conceituada por McLuhan em 1964. O homem outrora tipográfico¹², agora digital, salta para o caráter virtual em menos de uma década, viabilizado pelo universo do ciberespaço, descrito por Pierre Lévy no final dos anos 1990, como um espaço de comunicação aberta pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores, que dará a ele as condições das quais ele precisa para expandir seu conhecimento aprimorando suas técnicas comunicacionais.

Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século. (LÉVY, 1999, p.93).

Segundo Lévy (1999), tal ambiente reúne uma nova cultura de pensamentos e ações tecnológicas: o ciberespaço cria mundos virtuais. As ações que movimentam esses mundos virtuais, nos quais o novo jornalismo ativista está inserido, são capazes de interferir nas ações externas a esse mundo, trazendo suas consequências para a realidade, visão antecédida por Martín-Barbero (2002) sobre a teoria das mediações.

O mecanismo tecnológico, de acordo com Lévy (1999), fornece ferramentas para que o homem retribalizado conquiste independência na gestão de sua própria mídia e, nesse momento, ele se sinta livre para contrapor-se aos meios de comunicação tradicionais, hegemônicos, onde apenas a elite predominava até então. Afinal, mais uma vez, segundo as experiências de McLuhan (1964), o meio é a mensagem e a mensagem atual circunda o campo ideológico da democratização dos meios.

¹⁰ A nota divulgada pelo coletivo Intervozes (2015) repudia o monopólio das rádios e TVs, em 31 de maio de 2011.

¹¹ Termo aplicado por McLuhan (1962) para definir o processo de reencontro com a interatividade social através dos meios de comunicação.

¹² O Homem tipográfico, definido por McLuhan (1962) como o ser que amplia sua cognição através dos recursos da tecnologia da informação, fornecidos com o advento da imprensa.



Essa realidade torna-se tão emergente e incontestável, que o Governo Federal passa a reconhecer oficialmente o midialivrisimo como prática de produção e difusão da comunicação no país. Em 2015, a presidente Dilma lançou a III Edição do Prêmio Pontos de Mídia Livre. De acordo com o edital do evento¹³ o incentivo é “destinado a entidades e coletivos culturais, que diretamente produzem e/ou apoiam iniciativas de mídia livre, respeitando os princípios da transparência, isonomia, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, gratuidade e acesso à inscrição” (MINC, 2015).

Esta iniciativa apenas serve para oficializar que a nova realidade brasileira vive sobre influência direta dos conteúdos publicados na Web 2.0¹⁴. Diante disso, notar as recentes transformações sociais, que ocorrem numa velocidade galopante, a qual exige desses novos produtores de conteúdo uma constante atualização de informações no avançar do pensamento, em ambiente colaborativo, faz da mídia livre ponto de partida da informação em um “não-lugar” descentralizado, dando sentido figurativo ao que anteriormente foi apresentado como ciberespaço. E isso, entrelaçado às fundamentações teóricas de McLuhan (1964) sobre os meios de comunicação como extensões do homem¹⁵ e o processo de retribalização na direção daquilo que Morin (1997) chama de Noosfera (esfera do pensamento).

Se de um lado a grande mídia mostra a notícia conforme lhe convém, por outro a Rede Jornalistas Livres põe em prática a produção coletiva do conteúdo que difunde, utilizando seus próprios critérios de noticiabilidade. Contudo, independente da pauta em questão, Pierre Lévy (1999) acredita que “colocar a inteligência coletiva no posto de comando é escolher de novo a democracia, reutilizá-la por meio da exploração das potencialidades mais positivas dos novos sistemas de comunicação” (LÉVY, 1999, p.196).

Morin (1997), nesse contexto, reproduz o conceito apresentado pelo filósofo Teilhard de Chardin, de que noosfera é o campo de nascimento e desenvolvimento das ideias que habitam a mente humana. Não bastasse, associado a essa noosfera, Pierre Lévy (2002) introduz o pensamento do que ele chama de inteligência coletiva. E o jornalista Jeff Jarvis (2008) resume essa cadeia comunicacional, delimitando o cenário de atuação ao que ele denomina midiosfera¹⁶.

¹³ Edital de Divulgação n.º 04 de 2 de julho de 2015 – CULTURA DE REDES – FOMENTO A REDES CULTURAIS DO BRASIL.

¹⁴ O termo Web 2.0 foi popularizado pela O'Reilly Media e pela Media Live International após uma série de conferências que tiveram início em outubro de 2004 (O'REILLY, 2015).

¹⁵ O teórico McLuhan (1964), o conceito dos meios de comunicação como extensão do homem.

¹⁶ A teoria da midiosfera é apresentada pelo jornalista Jeff Jarvis (2008) como um campo preestabelecido de atuação da mídia na noosfera de Chardin.



Materializar esses conceitos é conectar-se ao universo da internet 2.0. A midiosfera, então, seria o campo não físico de atuação da nova imprensa, tanto da tradicional quanto da imprensa ativista, uma vez que lida com o uso das mídias no campo do pensamento, da construção do conhecimento de forma colaborativa e programável, retroalimentando o conteúdo em cadeia, de fora pra dentro.

Reconhecendo que a Rede Jornalistas Livres atua de forma colaborativa, ativando a midiosfera que compõe o exercício dos coletivos envolvidos, a contribuição de cada grupo na geração das reportagens solidifica e coloca em prática a teoria da inteligência coletiva, pois, para Lévy (2000) esta se compartilha entre indivíduos, sem restrição. Seu principal foco é a descoberta e difusão do conhecimento.

Os intelectuais coletivos só poderão se reunir em um mesmo ambiente a partir da mediação das tecnologias da informação e comunicação. Com tais tecnologias, os saberes dos indivíduos poderão estar em sinergia. A coordenação dos saberes pode ocorrer no ciberespaço, o qual não é apenas composto por tecnologias e instrumentos de infraestrutura, mas também é habitado pelos saberes e pelos indivíduos que os possuem (LÉVY, 2000, p.142).

A inteligência coletiva pode então ser entendida como um recurso que sirva para a formulação de redes sociais com base no conhecimento. Para Lévy (2003, p.32), “o núcleo da engenharia do laço social é a economia das qualidades humanas”. Nesse aspecto, cabe à imprensa, antiga e atual, assumir um direcionamento dentro da cadeia comunicacional que se estabelece na midiosfera de Jarvis (2008). Afinal, o que reuniria os indivíduos não seria mais a pertença a um lugar ou a uma ideologia, mas, sim, as capacidades de compartilhamento dos saberes individuais, uma vez que as identidades passariam a ser identidades do saber (LÉVY, 2003).

Ao trazer essa exposição de Lévy (2003) para uma reflexão mediante a atuação feita pela Rede de Jornalistas Livres de forma colaborativa, percebe-se que ao assumir a participação de todos os agentes envolvidos como regra de convivência entre os coletivos que dela participam, a Rede de Jornalistas Livres está cumprindo os preceitos da inteligência coletiva.

Todas as teorias podem ser percebidas dentro do discurso da apresentação da plataforma¹⁷ da Rede de Jornalistas Livres, ao se declarar como imprensa independente, inclusiva, crítica, pluralista e desafiadora dos clichês e preconceitos, aberta à diversidade. Afirma valorizar o gênero reportagem e, por meio dela evidencia

¹⁷ <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/> - <https://medium.com/jornalistas-livres> -
<https://www.catarse.me/jornalistaslivres> - <https://www.facebook.com/jornalistaslivres> -
<https://www.jornalistaslivre.org.br>



pautas que remetem à cidadania, violência urbana, crimes de racismo, ente outros: “Lutamos pela democratização da informação, da comunicação e da vida em sociedade, contra a ditadura de pensamento único instalado dentro das redações convencionais” (JORNALISTAS, 2015).

A Democracia, para Norberto Bobbio (1989)¹⁸, como já dito, só é legítima quando há ampla participação de indivíduos em determinada gama de ações. A atuação da Rede Jornalistas Livres busca, segundo eles, narrar os fatos conforme a percepção das ruas, produzindo assim uma “mídia democrática, plural, em rede, pela diversidade e defesa implacável dos direitos humanos”¹⁹. Prática essa, que de acordo com a iniciativa é desmoralizada pela grande mídia.

O encontro dos coletivos que hoje formam a Rede Jornalistas Livres se deu por meio da internet, em redes sociais. A ideia que surgiu timidamente ainda nas ruas durante as coberturas, entre bandeiras e gritos de ordem, repressão policial, muitas vezes narrada de forma arbitrária pela imprensa dos grandes meios de comunicação de massa, ganhou forma e adesão através de campanhas de divulgação. É o que afirma Victor Amatucci, um dos membros fundadores da Rede Jornalistas Livres, na página do coletivo, um uma mídia social:

Dia 12 de março. Saio de casa, apressado, para uma reunião no diretório zonal do PT, em São Paulo. De lá saio e vou me encontrar com um grupo de jornalistas que estão reunidos. E passamos a chamar: **JORNALISTAS LIVRES**.

Quem? *Quens!* Assim mesmo, num plural inexistente. Como era inexistente tamanha ousadia.

Poucas horas antes de manifestações simultâneas por todo país. Conversa aqui, discute ali... Decide-se: **JORNALISTAS LIVRES**. E não importa se não somos todos jornalistas de formação, faremos **jornalismo**. E faremos isso de maneira **livre**. (JORNALISTAS, 2015).

Tendo compreensão das teorizações sobre coletividade de McLuhan, Martín-Barbero, Morin e Javis, é considerada a seguinte reflexão de Lévy (2003, p. 32): “o núcleo da engenharia do laço social é a economia das qualidades humanas”. Por isso, pode-se analisar a atuação da Rede Jornalistas Livres (ou ao menos a sua proposta) e sua tentativa de assumir a colaboração de todos os agentes envolvidos como regra de convivência entre os coletivos que dela participam, como uma prática dos princípios da inteligência coletiva pois, para representar uma iniciativa que proponha o cumprimento

¹⁸ “O Futuro da Democracia – uma defesa das regras do jogo”

¹⁹ <https://www.jornalistaslivre.org.br>



dos preceitos teóricos de forma equalizada, é necessário “*vivre-savoir*” (viver o saber) para validar as identidades do “saber coextensivo” e as capacidades de compartilhamento dos “saberes individuais” propostas pelo autor.

3 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A Rede Jornalistas Livres surge mediante a uma demanda específica. Em 2013, o Brasil viveu uma inusitada onda de manifestações populares, episódio contextualizado por Ilse Scherer-Warren (2014), que foi organizado, em inicialmente, em virtude da insatisfação da população após aumento de tarifa das passagens do transporte público nas principais capitais. Na ocasião, a necessidade de produzir uma contranarrativa e oferecer ao público um novo olhar sobre os acontecimentos, diferente das notícias veiculadas pela grande mídia durante a cobertura do evento, impulsionou a efetivação da Rede Jornalistas Livres em março de 2015.

Frases de efeito como: “O gigante acordou”, “Vem pra rua”, “A rua é nós” eram as palavras de ordem mais frequentes no calor das “Manifestações de Junho”, como passou a ser chamado o levante popular, também retratado por Cicília M. K Peruzzo (2013), tal qual não ocorria no país desde 1992 com a intervenção dos Caras-pintadas em clamor ao Impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo.

O protesto se alargou Brasil afora e durou algumas semanas antes de cessar e deixar máculas na imprensa dita tradicional. O movimento, porém, amadureceu em suas bases para ressurgir em março de 2015. Dessa vez, a insatisfação do povo brasileiro tinha nova pauta e declarava o embate direto com a grande mídia.

Diante das críticas, como efeito direto desse enfrentamento entre movimentos sociais e a grande mídia, os telejornais, principalmente os da TV Globo, passaram a divulgar os atos de protesto com ressalvas: “A gente sabia que a mídia tradicional ia fazer de tudo para ‘invisibilizar’ a passeata da esquerda e dos movimentos sociais, e ia fazer de tudo para ‘glamurizar’ o ato do impeachment, do golpe, da intervenção militar, como de fato eles fizeram” (JORNALISTAS, 2015). Entre as mudanças, ao divulgar a estimativa de público presente nos manifestos, os apresentadores citam fontes oficiais, como polícia militar, e também os organizadores dos eventos, o que não ocorria antes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução histórica do jornalismo tradicional brasileiro vem ocorrendo há mais de dois séculos e, nessa caminhada, as transformações de paradigmas apresentam-se cada vez mais aceleradas e em constante metamorfose, graças à ascensão das novas revoluções tecnológicas que vislumbram a consolidação digital do midialivrisimo desde os primeiros anos do novo milênio.



A apropriação dos espaços de comunicação alternativa, sobretudo o cibernético, surge em resposta às lacunas de conteúdos de interesse do público que a mídia hegemônica negligencia. Sua emergência impulsionou a articulação que deu origem à Rede Jornalistas Livres, bem como aos próprios midialivristas, uma vez que tais ferramentas viabilizam a proposta de atuação e engajamento dos agentes envolvidos, haja vista as condições que elas proveem em termos de formato, divulgação e interatividade.

A Rede de Jornalistas Livres emerge em meio a essa efervescência da democratização da informação e da facilitação de acessibilidade em amplos aspectos (econômico, tecnológico e ubíquo) convergindo para um ambiente onde os protagonistas digitais se apropriam da teoria de inteligência coletiva fazendo dela um objeto concreto, legítimo e irrevogável.

Dessa maneira, a participação simultânea de diversos coletivos no processo da apuração jornalística eleva a Rede Jornalistas Livres ao status de mídia crível e contra-hegemônica. Tal condição lhe foi atribuída pelos próprios usuários que, na busca por confirmação de dados e informações extra-oficiais, propulsionavam sua referência perante os motores de busca da web, fazendo com que entidade prevalecesse, em ordem de importância e proporção de pesquisa, no tráfego de acessos para os demais internautas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTES, Ivana. **O que é midialivrisimo?** Disponível: <<http://www.ciranda.net/O-que-e-midialivrisimo?lang=fr>>. Acesso em: 23 out.. 2015.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

CARTA Mundial da Mídia Livre. IV FMML - Tunis 2015. **FMML**. França, 10 abr. 2015. Disponível: <<http://www.fmml.net/spip.php?article144>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

ESTEVES, Ana Maria. João Antônio e a Imprensa *Nanica* da Década de 70. **Revista Tessituras**, Pelotas/RS, n. 3, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.revistatessituras.com.br/artigos.php?exibir=Artigos&id=198>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

INTERVOZES Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Intervozes lança nota contra o coronelismo midiático**. Disponível: <<http://jornalistaslivres.org/quem-somos/>>. Acesso em: 23 out. 2015.

JARVIS, Jeff. **The press becomes the press-sphere:** newarchitecture, newbiznews, newsinnovation, presssphere. Nova Iorque, 2008. Disponível em: <<http://www.buzzmachine.com/2008/04/14/the-press-becomes-the-press-sphere/>>. Acesso em: 19 nov.2015.



JORNALISTAS Livres. **Somos @S #JornalistasLivres.** Disponível: <<http://jornalistaslivres.org/quem-somos/>>. Acesso em: 23 out. 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1988.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva – Por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro da inteligência na era da informática.** Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Ciberdemocracia.** Lisboa: Piaget, 2003.

_____. **Cyberdémocratie.** Paris: Éditions Odile Jacob, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico.** São Paulo: Editora Nacional - Editora da USP, 1972.

_____. **Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media).** São Paulo: Cultrix, 1964.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840).** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MORIN, Edgar. (Org.). **A religação dos saberes: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O homem e a Morte.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software.** Sebastopol/CA, 2005. Disponível em: <<http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?).** Matrizes, São Paulo, v. 7, n. 2, p 73-93, jul./dez. 2013.

RÜDIGER, Francisco. Escola de Frankfurt. IN: **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política.** CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.



NO CORAÇÃO DO MEIO DO MUNDO:
MÚLTIPLAS REDES PERIFÉRICAS EM IDENTIDADES, PAISAGENS, MIGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro:
Mauad, 1999.



A imagem/identidade indígena para um grupo de alunos do ensino médio

Andreia Martel Torres

(SEED-AP/UNIFAP)²⁰

RESUMO

A proposta deste artigo é relatar a experiência da atividade desenvolvida com os alunos da turma 721-dependência/2014 da Escola Raimunda Virgolino. O objetivo foi analisar o conjunto de imagens/identidade que um grupo de alunos do ensino médio faz do indígena de maneira geral. O desenvolvimento deu-se em quatro encontros semanais. No primeiro encontro ocorreu a exibição do Filme “Como era Gostoso o Meu Francês” (1971) de Nelson Pereira dos Santos; nos encontros subsequentes ocorreram atividades de análises, questionamentos, debates e atividades escritas. Selecionamos as respostas produzidas das atividades de três dos sete alunos matriculados na turma. O trabalho ancorou-se teoricamente em autores como McLuhan (1964), Martin (2013) e Kornis (1992) para a linguagem cinematográfica; Bauman (2005), Hall (2014) para identidade; e Durant (2011) para o imaginário. A análise de conteúdo com Bardin (2009) foi a metodologia utilizada para a interpretação às respostas produzidas. Como resultados, percebemos que é imperiosa uma imagem/identidade de estereótipos de cunho eurocêntrico que perpetuam a dicotomia, dominadores e dominados, vencedores e vencidos em detrimento de uma visão interpretativa do indígena como indivíduo que se organiza e faz o seu cotidiano construtivamente, como a abordada no Filme de Nelson Pereira dos Santos.

Palavras chaves: Identidade indígena; Imaginário; Educação.

1 INTRODUÇÃO

O filme escolhido para as atividades desenvolvidas com os alunos da turma 721-dependência/2014 da Escola Raimunda Virgolino foi o do cineasta, diretor e roteirista brasileiro Nelson Pereira dos Santos, “Como Era Gostoso o Meu Francês (1971)”. Com duração aproximada de 1 hora e 21 minutos, gênero drama (de acordo com o site do MinC) e tendo como elenco Arduíno Colassanti interpretando o francês, Ana Maria Magalhães interpretando Seboipepe, Gabriel Archanjo - Mbiratata, Eduardo Imbassahy Filho – Cunhambebe, José Kléber – Ipiraguaçu, entre outros; Célio Moreira

²⁰ Pesquisadora membro do Grupo de Pesquisa CUCAS – Cultura, Comunicação, Arte e Sociedade (CNPq/UNIFAP); prof.^a da Rede Estadual de Ensino (SEED-AP); Esp. em mídias na Educação; Esp. em EJA, na diversidade e inclusão; Licenciada em História; graduanda em Sociologia. E-mail: deiatorres.torres10@gmail.com.



fazendo a narração. A escolha desta película não se deu ao acaso, considerada um clássico do cinema nacional com viés tropicalista, além de uma visão irônica sobre a colonização brasileira coloca “em pauta, novamente (...) o choque entre culturas, aqui incorporadas numa narrativa com muitas aventuras (...)” (SIMÕES, 1998, p. 168). O filme de Nelson Pereira dos Santos tem como pano de fundo o Brasil Colonial e mescla documentos históricos, narrativas de viajantes e críticas ao período ao qual à sociedade brasileira está inserida no momento da produção deste filme.

Do livro de Jean de Lèry, o cineasta empresta a descrições da carta encaminhada a Calvino pelo vice-almirante de Bretanha; Durand de Villegagnon, cavaleiro de Malta, e fundador de uma colônia francesa na enseada em que se construiria mais tarde o Rio de Janeiro. Nesta carta, datada de 31 de abril de 1557, há o detalhamento de uma rebelião por parte dos franceses comandados contra o vice-almirante e sua tirania, tal relato é descrito na narrativa inicial do filme e no livro de Jean de Lery:

Mas aconteceu que vinte e seis mercenários, incitados pela sua cupidez carnal, contra mim conspiraram, sendo-me entretanto o fato revelado no dia em que eu ia ser trucidado e no próprio momento em que a mim se dirigiam os conspiradores. Evitamos a realização de seus intentos mandando eu ao seu encontro cinco criados armados, o que os atemorizou a ponto de se tornar fácil desarmar e prender quatro dos principais chefes, fugindo os outros a se esconder depois de abandonarem as armas. Libertamos um deles de suas correntes, no dia seguinte, a fim de que pudesse melhor defender sua causa, mas ao ver-se livre deitou a correr e jogou-se ao mar, afogando-se (Villegagnon apud LERY).

Os relatos de Hans Staden, cujo título original “História Verdica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão” mostra a forma como as viajantes apreendiam as terras que viriam a formar o Brasil e que atualmente é comercializado sob o título “Duas Viagens ao Brasil” também serve como base para o filme. Nelson Pereira quebra vários dos paradigmas estabelecidos nos relatos deste viajante e se apoia na descrição detalhada dos rituais antropofágicos desenvolvidos pelos ameríndios Tupinambás para traçar o ancoradouro do enredo do filme.

No filme, apesar das relações mais estreitas com a França, os índios tupinambás confundem o francês com um português e o aprisionam para que seja cumprido todo o ritual antropofágico já que de acordo com as tradições dos Tupinambás, aos mortos, é prometido vingança durante o conflito.



Além da finalidade de cumprimento do ritual o francês é mantido entre os tupinambás devido a sua habilidade no trato com canhões e pólvora, o que nos relatos de Hans Standen o impede de ir parar na cadeia. Pela tradição entre os ameríndios nas guerras rotineiras contra os inimigos tradicionais, a luta era suspensa quando uma das partes envolvidas, tendo matado alguns inimigos, conseguia capturar alguns prisioneiros. Durante os ataques eram mortos sem contemplação homens mulheres e crianças, (...) “Os prisioneiros preferidos eram os homens para que se pudesse cumprir todo o ritual antropofágico, pois um dos principais objetivos dos ataques guerreiros era o de fazer cativos para serem devorados (MESGRAVIS; PINSK, 2000, p. 60)”.

É no interstício entre a captura e o cumprimento do ritual que se desenvolve a trama de Nelson Pereira dos Santos.

2 A ANTROPOFAGIA COMO FIO CONDUTOR DA DISCUSSÃO DA IMAGEM/IDENTIDADE DO INDÍGENA

O Costume dos ameríndios Tupinambás, tido pelos viajantes como selvagens, do qual Nelson Pereira dos Santos empresta o relato e ambienta seu filme caracteriza-se como um duplo desafio à interpretação.

O espectador é lançado num entrelaçado contexto de disputas e conflitos, nacionalidades em guerra, no qual se desenrola o tema do ritual da antropofagia. Este primeiro desafio, o de se ver num “contexto interpretativo”, ressalta o que Durant (2011) denominou de caráter do paradoxo do imaginário do ocidente, isto é, o método da verdade com apenas dois valores: um falso e um verdadeiro que excluem a possibilidade de toda e qualquer terceira solução.

Nelson Pereira “brinca” com a possibilidade da terceira opção ao demonstrar as características da organização social entre as comunidades que praticavam a antropofagia, uma vez que as guerras entre eles não visavam os espólios e sim fazer prisioneiros para que o ritual fosse realizado completamente, portanto indo à além da dicotomia selvagens e civilizados.

Nota-se esta correlação em várias cenas do filme como a que francês ensina o manuseio do canhão aos tupinambás e aprende a usar o arco e a flecha, caçar, pescar adaptando-se ao cotidiano da tribo.

Noutra o francês descobre que existe uma grande quantidade de moedas de ouro enterradas na aldeia. Os tupinambás querem negociar pólvora como o mercador que tenta ludibriar os ameríndios, por considerar a pólvora algo extremamente perigoso. O francês servirá de intermediário na negociação e a obtenção da pólvora para o manuseio dos canhões. Convencendo-o a consegui-la, em troca das moedas de ouro,



o ganancioso mercador quer todo dinheiro para si e, depois de uma briga com um cativo, é morto.

No decorrer do filme percebemos a inserção de Jean nos costumes tupinambás, inclusive na decisão da forma como iriam proceder o ritual antropofágico. Mesgravis e Pinsk (2000) enfatizam que o ritual poderia se prolongar por mais de um ano e, neste período, o cativo seria bem tratado podendo inclusive receber uma esposa, todos esses favorecimentos foram bem marcados no filme de Nelson Santos.

Percebe-se que a construção das imagens sobre os ameríndios, por Nelson Pereira dos Santos, busca um viés diferente dos estereótipos alardeados e consolidados pelo relato dos viajantes e cronistas que apesar de se constituírem em fontes detalhadas dos encontros com os habitantes das terras do Brasil à época, como no caso do livro que traz os relatos de Hans Staden e que serve por base para o filme, devem ser cautelosos e precedidos de um olhar cuidadoso. Compreender os rituais como uma das formas desta organização social baseada nos seus costumes e seus conjuntos de valores é um requisito para compreender essas nações, sobre isto Mesgravis aponta:

Há estereótipos incansáveis repetidos em Simão de Vasconcelos, Brandão, Souza Gandavo e Jesuítas como é o caso da célebre constatação de que a língua dos índios do litoral não possuía as letras F,L e R, provando, portanto, não terem Fé, nem Lei, nem Rei. Essa imagem retórica, a primeira vista engenhosa, é na verdade um sofisma, pois as línguas indignas poderiam conter estas expressões com as outras letras e sons. Era um fecho para as longas descrições da organização social, política e religiosa dos índios, procurando demonstrar o perigoso estado de anarquia moral de suas vidas e a necessidade de impor a autoridade e os valores da civilização europeia que, assim, ocuparia os espaços vazios. (MESGRAVIS, 2007, p. 40).

O filme substitui essa primeira imagem do nativo antropófago por uma imagem do nativo que se organiza e faz o seu cotidiano construtivamente: plantando, pescando, fazendo adereços. Uma forma mais amena e humanizada da relatada pelos cronistas, possibilitando que a análise minuciosa deste cotidiano seja palco para o fomento de uma imagem/ identidade que se alinhe a imagem/identidade que transborde a ideia de verdadeiro e falso para os ameríndios.

Por imagem Durant (2011) aponta para aquilo que é intermediário entre um inconsciente não manifesto e uma tomada de consciência ativa. Daí ela possuir o status de um símbolo e constituir o modelo de um pensamento indireto no qual o significante ativo remete a um significado obscuro. Já o conceito de identidade deve ser entendido como algo a ser revelada “como algo a ser inventado, e não de fato descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; como uma coisa que ainda se



precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas” (BAUMAN, 2005, p. 21-22). Ou ainda:

(...) uma construção ideológica que se traduz, objetivamente, por uma hierarquia das práticas culturais, portanto, por um sistema de referenciais. Assim, cada espaço cultural gera seu próprio sistema de referências, sob formas diferentes, através de estéticas diferentes, cada espaço vai gerar uma hierarquia das práticas, como modos de oposição específicos entre cultura “erudita” e cultura “popular” (HERSCOVIC, p. 76 apud AUGUSTO, 2013, p. 6).

É da miscelânea destes conceitos e abordagem contexto interpretativo posto no filme que situamos as atividades, pois, é neste cotidiano que se dá a vivência do francês Jean, que se adaptando à comunidade indígena tem a possibilidade de caçar, plantar, e até ter uma mulher provisória. Essa relação pode ser percebida pela imagem que se transmuta no andar nu, nas habilidades do arco e flecha e na participação de campanhas de guerra da tribo, na adesão do corte de cabelo. Decorrendo sobretudo da análise baseada no cunho e função social da guerra entre os tupinambás, já que essa vivência não é casual.

Todo esse longo e complicado cerimonial destinava-se, como justificavam os índios, a apaziguar o espírito do morto para que não procurasse vingança contra seu matador. O ato de devorar o prisioneiro tinha por objetivo declarado vingar os parentes e amigos dos mortos pelos inimigos e incorporar suas virtudes guerreiras e força espiritual (MESGRAVIS E PINSK, 2000, p. 62).

Esses rituais, bem como a guerra entre os tupinambás e os tupiniquins, são anteriores a chegada dos europeus e tem essa representação ligada a este caráter social. Podemos identificar isto nas cenas que antecedem a morte do francês, no qual ele guerreia entre os tupinambás demonstrando suas habilidades com a pólvora.

Já próximo à data do ritual, onde será canibalizado, o francês tenta fugir. Ele é flechado, não fatalmente, pela esposa e sua canoa está furada. Segue-se a cena do ritual, a tribo prepara-se para o ritual, percebe-se a marca da arte plumária, os cantos, a exortação, a figura do índio executor do prisioneiro que aparece com a pintura corporal de maneira viva e o corpo coberto com plumas. Na cabeça, o cocar é bem definido e a arma de execução, que tinha por objetivo esmagar-lhe o crânio em um golpe certo, o tacape também recebia adereços de pena. As cenas servem para a exploração da execução, parte do ritual, mas fomenta, sobretudo, outras discussões.

3 O FILME “COMO ERA GOSTOSO MEU FRANCÊS” E A VISÃO DOS ALUNOS



Em busca de perceber quais outras possibilidades o filme possibilitaria a respeito do conjunto de imagens e a identidade ameríndia, este foi inserido como parte das atividades desenvolvida com os alunos da turma 721-dependência/2014 da Escola Raimunda Virgolino. Tais metodologias foram desenvolvidas em quatro encontros ao longo de um mês.

No primeiro encontro ocorreu a exibição do filme de Nelson Pereira dos Santos; nos encontros subsequentes ocorreram atividades de análises, questionamentos, debates e atividades escritas. Selecionamos as respostas produzidas das atividades de três dos sete alunos matriculados na turma.

No tempo decorrido do primeiro dia de encontro, além da exibição foi apresentada a ficha técnica e feita a ambientação do filme. Por adotar como idiomas o português, o francês e o tupi, foram necessárias algumas interrupções e comentários sobre as cenas.

Pedimos aos alunos que fizessem registros de suas impressões gerais a respeito do filme e direcionamos questionamentos sobre a visão geral do conteúdo do filme para eles. A busca pelas respostas aos questionamentos foram obtidas através de pesquisas em outros canais, como a internet, e ainda por meio da leitura do texto disponibilizado para estes e futuros enfrentamentos, comparações, confirmações ou negações. Também direcionamos os questionamentos da maneira como procederíamos nos três outros encontros aos sábados. Cada atividade foi atribuída nota máxima de dez pontos, valor que seria multiplicado por três e assim valeria como nota para cada bimestre do calendário estipulado para a dependência.

Assim seguiram os questionamentos para o segundo encontro:

Este filme é sobre?

O questionamento, aparentemente incoerente com o nível que se pretende alcançar neste trabalho na verdade revela ou não o poder de síntese dos alunos. Os especialistas propõem aos historiadores, a leitura interna do filme, conteúdos, personagens, acontecimentos principais, cenário, lugares, tempo em que decorre a história narrada, ou com a leitura através da ficha técnica.

Como sabemos nossos alunos não são historiadores, nem críticos de cinema e para tal leitura seria necessário um tempo maior dedicado à análise e a capacitação deste para tal e o qual não tínhamos disponível, mas, acreditamos que nossa sala de aula é uma porta aberta a novidades e furta-se ao experimento e limitar a pesquisa não se enquadra ao papel que se pretende com os novos paradigmas da educação.

Para tal questionamento nos deparamos e procedemos a partir das respostas:



“É um filme brasileiro, de 1971, dirigido por Nelson Pereira dos Santos, aconteceu no Brasil de 1594, onde um prisioneiro francês, que consegue escapar da morte se afogado em um rio com uma bola presa ao seu pé, mas irá se tornar prisioneiro de uma tribo de Tupinambás. Os Tupinambás eram canibais e se alimentaram dos franceses que eles mataram. No início do filme aparecem figuras que detalham e apresentam os rituais” (JOSICLEIA).

Um prisioneiro francês que consegue escapar da morte após ser jogado em um rio com uma bola de ferro no pé, mas acaba se tornando prisioneiro de uma tribo indígena (tupinambás) (VALTER).

O filme fala do início da colonização Brasil, como viviam os habitantes, como era o choque tão distinto entre os europeus e os índios. (WILLIAN)

Os alunos-espectadores fizeram sem grandes dificuldades esta síntese ou exercício de percepção, assim como identificar os atores em destaque e localizar o recorte temporal a qual o filme se refere. Apesar da data mencionada pela aluna divergir da exposta, entendemos que o site de consulta a qual recorreu falava de uma possível edição do livro que serve de base para o filme, provavelmente causando a confusão.

Além do exercício de síntese, nesta dinâmica metodológica foi possível perceber que assim como conceitua Costa (2003) e McLuhan (1964) o cinema tem a ver com o desejo, com o imaginário e com o simbólico; consiste nos jogos de identificação e nos complexos mecanismos que regulam o funcionamento de nossa psique, de nosso inconsciente, “o cinema é linguagem que tem parentesco com a literatura, possuindo em comum o uso das palavras em forma de imagem” (KORNIS, 1992).

Por meio deste entendimento prosseguimos com as questões.

Qual sua visão a respeito das etnias indígenas que compunham o Brasil antes da chegada dos europeus? Quais pontos foram confirmados após assistir ao filme “Como Era Gostoso o Meu Francês”?

Sobre esse questionamento os alunos nos apontaram: eles viviam da caça, da pesca e da agricultura, principalmente da mandioca, os índios domesticavam animais de pequeno porte (JOSICLEIA).

Eu posso descrever o indígena como aquele tipo de personagem folclórico, com tangas, penas na cabeça e com arco e flecha nas mãos. O que se confirma é a cultura canibal e o homem branco mesmo dominando a pólvora era inferior a eles quanto às habilidades (VALTER).

A imagem associada ao arco, flecha, penas no corpo, com tangas é o que predomina quando pensamos em evocar as imagens referentes às etnias. Na verdade, a ideia não era fazer uma descrição do modo como se “vestiam”, mas sim de análise desses



grupos e principalmente da percepção que tais grupos tinham uma organização diferenciada do europeu e esta pode ser percebida, sobretudo, na própria organização do próprio ritual antropofágico que é a passagem mais emblemática do filme. Percebemos um ensaio a esta na resposta do aluno Valter, no que trata das habilidades em relação à floresta e a adaptação, mas não há uma consistência na resposta.

A outra indagação tratou novamente da imagem, agora tentando ver a percepção dos alunos em relação a imagem e identidade construída por Nelson Pereira para os indígenas. *Como são retratados os tupinambás no filme? Você concorda com essa imagem?*

Os tupinambás são retratados como canibais, não porque fossem canibais, era para o ritual. Comiam pessoas ao invés de outros tipos de caça que tem na natureza onde eles viviam (JOSICLEIA).

Os tupinambás eram trabalhadores, mas os europeus não aceitavam seus costumes, eles julgavam o jeito deles (WILLIAN).

A partir desses pontos levantamos outros questionamentos: *os tupinambás são realmente como os documentos evidenciam? O filme conseguiu retratar a realidade do grupo? Sabemos que não é possível localizar o aluno no mesmo período e espaço no qual Hans Staden tem seu encontro com os tupinambás, mas pode ser estabelecido um comparativo, aqui um anacronismo necessário para que a construção de uma imagem possa vir a se realizar, a este denominamos de exercício de imaginação histórica. Para Arrais (2009), a imaginação histórica é tornar o passado um objeto acessível ao pensamento através de um modelo construtivo de interpolação entre as afirmações feitas pelas fontes com outras, deduzidas das mesmas.*

A ideia neste tipo de exercício é extrapolar o caráter ilustrador do filme, de complemento de conteúdo de sala, da imagem dos grupos que habitavam o Brasil do período em questão. Para isso questionamos a própria ideia de fidelidade do filme a essa imagem, pois, “obviamente, é sempre louvável quando um filme consegue ser “fiel” ao passado representado, mas esse aspecto não pode ser tomado como absoluto na análise histórica do filme” (NAPOLITANO, 2014, p. 237).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados, percebemos que é imperiosa uma imagem/identidade de estereótipos de cunho eurocêntrico que perpetuam a visão dicotomia, dominadores e dominados, vencedores e vencidos o que reforça a ideia de Gilbert Durant (2011) sobre o paradoxo do imaginário do ocidente, o falso e o verdadeiro que excluem a



possibilidade de toda e qualquer terceira solução, em detrimento de uma visão interpretativa do indígena como indivíduo que se organiza e faz o seu cotidiano construtivamente, como a abordada no Filme de Nelson Pereira dos Santos.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Imaginação histórica e pensamento mediado na obra de R. G. Collingwood**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

COSTA, Antonio. **Compreender o Cinema**; tradução Nilson Moulin Louzada; revisão técnica Sheila Schvarzaman – Rio de Janeiro: Globo, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DURANT, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Trad. Renée Eve Levié – 5ª ed.- Rio de Janeiro: DIEFEL, 2011.

FERRO, Marc. **Cinema e História**; tradução Flavia Nascimento – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KORNIS, Mônica A. História e cinema: um debate metodológico. Estudos histórias: teoria e História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

DE LÉRY, JEAN. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução integral e notas de SÉRGIO MILLIET segundo a edição de PAUL GAFFÁREL com o Colóquio na língua brasileira e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa, Biblioteca DO EXÉRCITO — EDITORA, 1961

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**; trad. Paulo Neves; revisão técnica Sheila Schvartzman – São Paulo: Brasiliense, 2013.

MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org). **Historiografia brasileira em perspectiva** 6ª ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2007.

MESGRAVIS, Laima. PINSK, Carla Bassanezzi. O Brasil que os europeus encontraram: **a natureza, os índios, os homens brancos** – coleção Repensando a História - São Paulo: Contexto, 2000.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (understanding media) Cultrix.

MERTEN, Luiz Carlos. **CINEMA**: entre a realidade o artifício - Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2003.



MOCELLIN, Renato. **O cinema e o ensino de História**. Curitiba: Nova Didática 2002.– (Coleção Revisando a História).

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

NAPOLITANO, Marcos, **A História depois do papel**. In: PINSK, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil** – São Paulo: editora SENAC São Paulo, 1999.

Disponível em: <<https://cinemahistoriaeducacao.wordpress.com/cinema-e-historia/historia-da-america/amistad/>>. Acessado em: 30/10/2014.

Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-16168/creditos>>. Acessado em: 30/10/2014.

MINISTERIO DA CULTURA **cinemateca brasileira**. Disponível em: <<http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=003387&format=detailed.pft>>. Acesso em: 21/11/2014.

FARAGO, Cátia Cilene. FOFONCA, Eduardo: **A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações** Disponível em <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf>> acessado em 15 de janeiro de 2015.



VIOLÊNCIAS TRANSPARENTES NO COTIDIANO DO CONJUNTO HABITACIONAL: ETNOBIOGRAFIAS, SUBJETIVIDADES E RESISTÊNCIAS FEMININAS EM MACAPÁ-AP

Roberta Scheibe²¹

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

RESUMO

Este estudo interpreta experiências de quatro mulheres que viviam há anos em um lugar dito como “invisível”, na chamada “área de ponte”, ou “área de ressaca”, ou ainda “Baixada Perpétuo Socorro”, localizada no bairro de mesmo nome, na zona leste de Macapá-AP. Este ambiente era de casas construídas precariamente sobre um lago poluído, sem saneamento básico, mas que agregava processos de sociabilidades e pertencimentos sociais. Em outubro de 2013 um incêndio devastou toda a habitação de 250 famílias. Deste modo, a pesquisa parte da problemática de como as famílias passam a ressignificar o seu novo lugar de moradia depois de serem migradas da Baixada Perpétuo Socorro para o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos, na zona norte da cidade. Este evento crítico deu início a um longo sofrimento social pelo desenraizamento forçado, iniciando uma luta simbólica travada nas paisagens sociais de Macapá pela apropriação do espaço urbano. Este trabalho de investigação adota a etnobiografia, método de observação, apuração e de escrita que imerge em experiências concretas, exacerbando as subjetividades do que os autores chamam de “personagens-pessoas” que revelam práticas sociais, lutas e resistências. O referencial teórico é encontrado em Marco Antonio Gonçalves, Veena Das, Michel de Certeau e Michel Foucault.

Palavras-chave: Identidade; Paisagem Social; Agência; Táticas; Cuidado de si.

Este estudo procurou verificar, compreender e interpretar como redes sociais de pessoas ressignificam seu novo lugar de moradia, após a perda de suas casas em um incêndio. Estes moradores viviam há anos em um lugar chamado de “áreas de ponte”, ou áreas de “ressaca”, ou ainda “baixadas”. Eles perderam as suas casas através do evento crítico (DAS, 1995) do incêndio acidental que devastou toda a área de moradia de 250 famílias em outubro de 2013 na Baixada Perpétuo Socorro, no bairro de mesmo nome, na zona leste de Macapá-AP. Deste modo, o artigo procura interpretar testemunhos de violências simbólicas e transparentes, via subjetividades e práticas

²¹ Graduada em Jornalismo, Mestre em Letras – Estudos Literários, ambos pela Universidade de Passo Fundo (UPF); e Doutora em Sociologia pela UFC/UNIFAP. É professora da UNIFAP. E-mail: robertascheibe@gmail.com.



sociais de resistência, no ingresso das pessoas na nova morada, o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos no bairro Ipê. O presente evento crítico deu início a uma desesperada dor e sofrimento social pelo desenraizamento forçado de um lugar de pertencimentos e uma luta travada na cidade pela apropriação do espaço urbano.

Este período de mudanças entre as moradias inclui uma longa transitoriedade que envolveu angústias, transtornos e sofrimentos na espera da nova residência e na dependência do valor financeiro vindo do aluguel social distribuído pelo Estado. Neste tempo, as famílias permaneceram mal instaladas em inúmeros pequenos imóveis compatíveis com a remuneração recebida para somente meses depois da tragédia migrar para um novo espaço de moradia. Esta ressignificação do lugar de moradia envolve recriação do cotidiano e formas de táticas e resistências dos moradores frente à violências físicas e simbólicas vindas do “socialmente mais forte”, num universo de sofrimentos sociais e humilhações.

O trabalho tem a problematização voltada para a subjetividade das mulheres, evidenciadas através das práticas cotidianas, táticas e de resistência destas mulheres com relação ao novo lugar de moradia. Logo, a pesquisa relata e interpreta testemunhos de violências que desceram ao cotidiano (DAS, 1995; 2007) e que se tornam “comuns”, “banais”. Fala de experiências de violências difusas (DAS, 1999; BARREIRA, 2008) oriundas do Estado e/ou de forças de violências simbólicas que partem da alteridade. Sobretudo, interpreta um cotidiano movido a subjetividades e práticas de si (FOUCAULT, 2013; 2010) para resistir e criar táticas (DE CERTEAU, 2014; DAS, 1995; SCOTT, 2011) frente ao sofrimento social (DAS, 1995). E apresenta tentativas de reconstrução e reconfiguração da vida cotidiana (DE CERTEAU, 2014) centrada na subjetividade. Este artigo contém resultados parciais de pesquisa de investigação etnobiográfica da tese “Tempos de chorar e de sorrir no espaço da morada: um estudo socioantropológico de mulheres resistentes marcadas pela tragédia em Macapá-AP” do doutorado interinstitucional em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O artigo adota a etnobiografia, método de observação, apuração (de escuta do outro) e de escrita que imerge em experiências concretas, exacerbando as subjetividades do que os autores chamam de “personagens-pessoas” (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p.37) que revelam subjetividades, lutas e resistências cotidianas.

Inicialmente as táticas de ocupação do (novo) espaço no conjunto habitacional Mestre Oscar Santos traziam – como ainda hoje trazem – traços de sofrimento e humilhação, de desprezo social pelo distanciamento sofrido na interpretação deles, e que se configura em formas de violências transparentes. Para os moradores, o conjunto habitacional tem boas condições de moradia, um espaço arrumado e bonito, com casas boas e “no chão”, contrapondo-se a terra alagada de antes. No entanto, para eles, o conjunto habitacional é extremamente distante, há falta de dinheiro para o



transporte público necessário para ir ao centro, há ainda no bairro carência de muitos serviços (que não permite que sejam executados à pé, como faziam antes no outro bairro) como posto de saúde, supermercados, padarias, postos policiais, escolas, entre outros. Sentem-se “longe do centro”, dos amigos, das festas, dos acontecimentos sociais de Macapá. Estas subjetividades se ratificam em formas veladas de violência social e sofrimento. Logo, as táticas de ocupação do espaço envolviam e ainda envolvem ameaçar “fechar a casa” e ir morar no centro ou vendê-las de forma ilegal, fazer grades nas portas e janelas, construir muros altos de concreto ou cercas fortes de madeiras, enclausurar-se em casa para não ter contato com “o outro”, com moradores oriundos dos demais lugares da cidade. Até porque, neste caso, apesar da maioria dos moradores terem vindo de baixadas, os estigmas eram destinados aos moradores da “queimada”, categoria nativa para referir-se a área de casas devastada pelo fogo.

Estes moradores precisavam se usar de táticas e resistências para se posicionar frente a estas acusações e, através das práticas de discurso e práticas gestuais, sentir-se “superior” a quem os acusava, táticas que não representam a totalidade dos moradores, mas sim das minhas interlocutoras etnobiografadas. Exemplos de outras táticas e resistências são as falas realizadas no centro comunitário do conjunto, nas discussões com os vizinhos e nos posicionamentos de “brabeza” dos moradores. Há alguns ainda que se utilizavam de resistências que os afetavam também, como o não recolhimento do lixo, o uso de “gatos” de televisões a cabo, de discussões com as lideranças da associação dos moradores; a resistências maiores frente ao Estado como no enfrentamento com o governo na ocasião da entrega das últimas casas pelo governo e nas ameaças aos gestores públicos no período que antecedeu a visita da Presidente Dilma a Macapá em junho de 2014 (ameaças de “atrapalhar” inaugurações públicas e eventos federais e estaduais). Esta também era a forma que os moradores, especialmente as mulheres, tinham para lidar com o luto da perda da residência na baixada. Resistir ao estigma, ao poder coercitivo do Estado (em querer impor a sua verdade, seus valores, estilos e manuais de conduta), à Associação dos moradores, aos moradores estabelecidos no lugar há alguns meses antes do que eles era e é uma forma de luto e de superação deste luto, porém não de superação da distância. Assim como o aprimoramento das residências, a reconstrução do cotidiano e a própria construção da subjetividade diante da nova vida no conjunto, referindo-se a reconfiguração de sonhos, paixões e desejos das agentes etnobiografadas.

Tudo se amplia nos novos contextos de tempo e espaço, categorias fundamentais a esta investigação socioantropológica e também jornalística, onde a informalidade da baixada, num microcosmo espacial e humano de jogo social e micropolítico passa a ser na maioria das situações – exceto da TV à cabo – de tempo e espaço de formalidades vividas no conjunto habitacional, com relação a oficialização da casa, da água, luz e outros, situação difícil e de violência sentida por eles; num cenário de



distanciamento social, em conjuntos habitacionais longe do centro da cidade, em bairros ainda com carência de prestação de serviços básicos, onde os moradores sentem-se excluídos do processo de socialização da “cidade de Macapá”. Neste âmbito Macapá vive um problema no que diz respeito a “resolução” da questão da moradia, uma vez que há políticas públicas para a retirada de “populações vulneráveis” de áreas de ressaca, porém, com o distanciamento parte dos moradores não quer ir para os conjuntos, pois dos quatro conjuntos habitacionais em funcionamento hoje em Macapá, dois são longe do centro.

Os moradores afirmam sentir dificuldades de deslocamento para o sustento diário através de bicos. Há também uma forte estigmatização das pessoas residentes nestes locais, chamadas por quem “mora no centro”, ou sente-se socialmente “superior” aos moradores dos conjuntos, de “malacos”, “bandidos”, “marginais”, sendo uma categorização genérica para uma pluralidade e diversidade cultural. Logo, as pessoas rotuladas passam a viver em constante sentimento de rebaixamento e consternação social, ratificadas em falas e mensagens do tipo “mais uma vez fomos humilhados”, “este governo e as pessoas não nos respeitam”, “é triste ser pobre”. Estas sensações de sentimentos flutuantes reverberam principalmente em quem não queria estar ali, como no caso dos moradores da Baixada Perpétuo Socorro, que residiam na baixada há mais de vinte anos, muitas famílias há mais de trinta anos. Nesta área de ponte formaram-se e forjaram-se identidades, gostos, atitudes, trajetórias, pertencimentos, status social dentro da baixada e poderes simbólicos. Casas grandes moldadas ao gosto do dono, que levaram anos para serem executadas com as próprias mãos, foram destruídas em minutos, levando todo o pertencimento de uma vida. Por isso estas pessoas – especificamente minhas interlocutoras – não querem estar no conjunto porque o conjunto resulta em uma humilhação de vida e uma queda na escala social, ao contrário dos outros moradores que saíram de outras baixadas pela livre escolha de terem se inscrito em programas sociais. Como uma de minhas interlocutoras disse para mim, em conversa privada, e depois disse também em uma roda de conversa minha com minhas interlocutoras: “Deus que me perdoe, eu sei que aqui tá muito melhor, minha casa é muito melhor, mas eu não sei... eu preferia lá. Lá na baixada... Na verdade eu não queria ter saído daquele jeito, enxotada pelo incêndio, perdendo tudo o que eu conquistei”. Em outro momento chegou a me dizer: “Lá minha casa era grande, de altos e baixos, sou professora, eu tinha até escritório no andar de cima da minha casa. [...] eu tinha eletrodomésticos novos guardados em caixas, que eu nunca tinha usado e estava esperando a oportunidade”.

É desta humilhação e violência de que se fala, da sensação e do sentimento de ter tudo dentro de suas possibilidades, de ter sido alguém, de ter visibilidade dentro de um lugar considerado invisível por muitos, perto de tudo que precisavam; e depois de se ter muito pouco com relação ao que já se teve, de precisar pegar ônibus e ficar muito tempo esperando pela chegada do transporte – e sobretudo de gastar o valor da



passagem de ônibus ida e volta que nem sempre se tem, sendo que antes se atravessava a rua para trabalhar. De ter que conquistar tudo de novo, de ser “pobre” de novo, ou mais pobre do que já se foi. Há aqui a explosão dos “espaços de dentro” (FOUCAULT, 2013) de minhas interlocutoras, o querer, o desejar, o sonhar...

Há o conflito interno do que ficou para trás de uma vida de aproximação espacial com os equipamentos de uso comum, e da nova vida, longe do centro, mas com determinado tipo de conforto. Como me foi dito de diversas maneiras: “Amanhã eu não sei, mas hoje eu não sou feliz aqui”, ou ainda, “Aqui é um pedacinho do céu, estou vivendo o que nunca vivi. Agora tenho uma plantação!”, “Minha casa agora é no chão... já sou aposentada, aqui tenho tudo. Faço compras no mês, passa o homem do pão (vendedores), o homem do peixe, o caminhão do açai... eu não quero aquela vida nem de graça”. A exacerbação destes lugares de fora e sobretudo de dentro, sob diferentes perspectivas, revelam as formas de subjetivação (FOUCAULT, 2010), que envolvem as composições de corpo (depressão, obesidade, nervosismo) e alma (sonho da família ir para a igreja, de ter um restaurante em casa, de ampliar a residência). Os investimentos são no eu, e/ou na razão, em se sentir distinto, com “certas condições”, muitos correspondendo a ordem social como se ela fosse correta e comum, uniforme, padrão. Como as sensações de Maria de Jesus em achar que tinha “certas condições” sociais e simbólicas além de seus pares, como ser amiga de políticos, ter uma casa “murada”, ter filhos com ensino superior e empregos com carteira assinada; como Fernandes em sentir-se crítica e argumentativa entre seus colegas; como Maria, em dizer que não tem medo de resistir e que desde que se tornou evangélica transformou-se em uma pessoa melhor.

A delimitação do modo de subjetividade também é algo que move o cotidiano de agência de minhas interlocutoras. Um exemplo desta delimitação é a busca pelo sobrenatural para abalizar os sofrimentos sociais e as formas de existência destas pessoas. A religião é uma forma de estremar a questão espiritual, de encontrar em Deus uma segurança. Como Vitória, que encontrou em Jesus uma forma para acalmar o coração diante da usurpação de sua filha, do abandono da família, da violência verbal de seus patrões contra ela; como Maria de Jesus e Fernandes que encontram na igreja evangélica – sem ser fervorosas, daquelas “creeeeeentes que não saem da igreja”, como diz Fernandes – a forma de entender o evento crítico ocorrido em suas vidas; ou como Maria, que se considera “maria igreja”, que através das introjeções da igreja evangélica moldou uma nova forma de cuidado de si e passa a viver na igreja o seu “norte”, o seu direcionamento de agências na vida.

Este é um contexto micropolítico de um conjunto habitacional de casas populares, através do programa minha casa minha vida, com casas pequenas, de dois quartos, sala e cozinha conjugados, um pequeno banheiro e uma área externa para lavar roupas. As casas são consideradas casa-embrião e os moradores precisam expandir a



casa caso tenham interesse e dinheiro. É um lugar de dificuldades de acesso, distante do centro, onde se precisa esperar às vezes mais de hora para pegar um ônibus; espaço praticado em que há policiamento ostensivo, com viaturas policiais que transitam de horas em horas para averiguar “maus elementos”, “suspeitos”, “criminosos”, “malacos”; onde as pessoas estão em constante estado de intranquilidade, vivendo sob suspeita de tudo, sendo categorizado como uma má pessoa, alguém de quem se desconfia por morar no “conjunto Oscar Santos”. É um lugar classificado como residência de famílias pobres, proletárias, “vulneráveis”, de pouco estudo formal, sem qualificação para o trabalho; a maioria de seus habitantes vive de bicos, precisa da ajuda de programas governamentais como o federal Bolsa Família e o estadual Renda para Viver Melhor; onde parte dos moradores – principalmente adolescentes – já tiveram passagem pela polícia por tráfico de drogas, furto e pequenas “delinquências juvenis”. É um lugar de moradia de famílias que precisam economizar dinheiro para colocar comida dentro de casa, para comprar parcelada a tão sonhada televisão LCD ou os outros móveis. É lugar de gente simples onde muitos não medem esforços para trabalhar, aprender e “dar um futuro para a família”, muitas vezes trabalhando o dia todo e à noite indo estudar.

Os testemunhos, sejam eles verbais ou gestuais, são registros de experiências (DAS, 2007) que mostram a nuance entre violência, cotidiano e subjetividade, neste caso acrescido do evento crítico. Pois estas pessoas que viviam na Baixada Perpétuo Socorro, antes de vivenciar um evento crítico, já vivenciavam violências físicas e simbólicas impetradas pelo Estado e pelo “outro” como um todo. Violências difusas, vindas por ordem da polícia, das burocracias governamentais, da ordem social imposta, daquele que socialmente se sente superior.

No contexto micro a agência feminina no conjunto habitacional, através do testemunho de minhas interlocutoras oriundas da Baixada Perpétuo Socorro, as experiências eram – e ainda são – voltadas para práticas cotidianas em torno do ir e vir no espaço (para o trabalho, para a escola, para o comércio), das práticas do lar (o cuidado com a casa, a limpeza, as roupas lavadas, o café da tarde, os almoços de finais de semana regados a muita comida quando se tem dinheiro e a pouca comida quando não se tem), as práticas de rodas de conversa (conversar com amigos na hora do café, falar com vizinhos e conhecidos pelas ruas do conjunto, o bate-papo com a família nas longas horas do encontro de sábado ou domingo, que inicia “a partir do meio-dia” e estende-se até mais de 22h. Se for sábado, não tem hora para acabar), práticas religiosas (cultos, orações, cantos religiosos, pregações), práticas de resistência (discursos de ameaça ao governo em eventos promovidos pelos órgãos estatais coercitivos no lugar de moradia das pessoas ou por ocasião de visitas governamentais e período de eleições, quando há negociações de votos em troca de dinheiro, cargos ou favores; práticas de resistência de cuidar da casa frente a “agressores”; práticas de “sujar” a área externa da sua casa ou dos outros como formas de resistência a um lugar de



não-pertencimentos sociais, de gatos de tv à cabo para resistir e enfrentar o consumo e a ordem social do entretenimento, da informação), das práticas de “brabeza” (de utilizar tom de voz agressivo para ser ouvido, reconhecido pelo “outro” dotado de poder social, de poder simbólico do consumo, do cargo, da instituição, do dinheiro), de práticas de consumo (da utilização de materialidades como roupas, sapatos e acessórios de marca e da moda, como utilização de televisão à cabo, de eletrodomésticos como televisão LCD e smartphones), e das práticas de cuidado de si (através de conversas e desabafos em rodas de conversas, dos cultos e as operações de cantar, orar, gestos de louvação a Deus, festas de final de semana com comidas e bebidas e os cafés da tarde).

Este cenário micro reflete o cenário macro de uma cidade com muitas ocupações irregulares, em lugares impróprios e sem registros formais. No Estado do Amapá o governo municipal e estadual, com a ajuda do governo federal, começam a instituir políticas públicas para a retirada das populações de “áreas de risco” através da construção de conjuntos habitacionais no centro e fora dele; logo, a população afetada pelo incêndio na baixada Perpétuo Socorro migrou de modo forçado para o conjunto habitacional, no entanto, “mais dia, menos dia” também seria remanejada para os conjuntos para sair de áreas impróprias para moradia e que também são de proteção ambiental. Esta população insere-se na paisagem macro da política negociada, violenta, em que uma parte dos políticos é corrupta e sanciona leis em bens próprios ou de uma classe dominante e que não prioriza uma cultura plural e diversa; numa cidade onde a base da economia é o contracheque, sem opções variadas de ofertas de emprego. Há um panorama de habitação padronizada, imposta, onde a violência desce ao cotidiano em casas pré-planejadas cujo estilo e formato é infligido nas famílias que não se acostumam a casas “apertadas”, “pequenas”, “cubículos”, acostumados a casas grandes, de “altos e baixos”, construídas de madeiras, no centro da cidade, ampliando uma situação de distanciamento social, cujas casas estão longe do centro, dos supermercados, estabelecimentos comerciais, postos de saúde, postos policiais, das escolas. E esta população resiste a este distanciamento, querendo fazer parte “da sociedade” das regiões centrais e de posse de equipamentos eletrônicos de ponta que “inserem” as pessoas no mundo, no consumo, na consideração, na admiração, no respeito. É uma questão de “condição”, de “consideração”, de “inserção”.

Por isso as práticas sociais e sobretudo de resistência são tão importantes para estas famílias, porque é através delas que eles enxergam o futuro, o vir a ser, as formas de vida (WITTGENSTEIN in DAS, 1999), de subjetivação, de cuidados de si (FOUCAULT, 2010), de sociabilidades. É assim que eles tentam transcender as formas veladas de violências e tecem o macro com o micro, através da resistência como dissimulação (SCOTT, 2011) e também como enfrentamento (DAS, 1995), tornando esta relação entre os dois contextos uma questão de relação micropolítica (SÁ, 2010) onde se luta



pela consideração, pelo respeito e pela ocupação justa do espaço físico e social. É um cenário de práticas de ocupação onde há grandes fronteiras de violências agenciadas pelo espaço e principalmente pelo tempo, em conflitos com grupos sociais e com o Estado, frente ao “sistema”, a “ordem social”, a “sociedade”.

O Estado é aquele que detém o poder físico e simbólico legítimo (BOURDIEU, 2014), que abarca desígnios e coerções. É força vigilante (FOUCAULT, 2002). É uma entidade etnocêntrica oficial. Ele que impetra normas e valores. E a violência sofrida pelas pessoas, pós-evento crítico, não termina. Esta violência simbólica, na verdade, não é eventual, é factual. Já havia antes do incêndio e continuou ocorrendo após ele. É uma violência transparente (DAS, 2007), que desce ao cotidiano e se torna presente, permanente. Este trabalho, portanto, fala de subjetividades. Fala de dores. E dores, como representações, cada um tem a sua. Por isso a importância dos testemunhos, dos gestos, dos olhares, das práticas corporais aqui relatados, como vozes de resistência – são, afinal, práticas de resistências -, como reverberações de um mundo às margens (DAS e POOLE, 2004), que é “sabido” pelo Estado, porém ignorado. As vivências cotidianas são praticadas, vividas, construídas, não como atos impensados e mecânicos, cansados pelo tempo; ao contrário, estão sim cansados pelo tempo, mas o cotidiano é sobrevivência, é tessitura, é desejo, é paixão, é sonho, é frustração, é construção.

Aqui estamos falando de subjetividades incorporadas, elaboradas e encontradas frente a agências do tempo vivido e de um tempo possível onde estas subjetividades são utilizadas como ferramentas de enfrentamento a um sofrimento social dependente de fluxos de tempos. Tempos que vão e vem. E alçam e aterrissam. Fluxos de tempo via memória, via relações sociais, via espaço visto, observado, vivido. Assim como o corpo muda com o tempo (cf. DAS, 2007), engorda, emagrece, envelhece, é também com a agência do tempo no espaço das relações, onde a agência humana é o alicerce e serve de motor (ou alma) para os fluxos de tempo. É lutando contra violências transparentes, via subjetividades e resistências, que as famílias – e minhas interlocutoras – buscam a honra e a experiência vivida, dos olhos, do corpo e do espírito mental que se movem no espaço e no tempo. Por isso os testemunhos destas agentes são tão importantes, porque a violência do evento crítico (DAS, 1995) e da violência descida ao cotidiano (DAS, 2007), testemunhados em atos de resistência, documentam a história social do Amapá, mostrando pontos de vista e perspectivas que normalmente são invisibilizadas. As agentes colocam-se como sujeitos posicionados em suas experiências, como indivíduos autônomos em suas iniciativas subjetivas, nas reflexões e ações e tornam-se testemunhas da grande história social de um lugar. É a genealogia do processo (FOUCAULT, 2013), onde os agentes se realizam pelo reconhecimento da honra. É justamente por isso que a distância, para minhas interlocutoras, é uma categoria fundamental. Mas o que aparentemente revela



um medo da distância espacial é, na verdade, o pavor da distância dos fluxos agenciados do tempo, que são imensamente mais fortes e poderosos.

A distância do Oscar Santos, materializada na agonia de estar longe dos equipamentos centrais é, na verdade, a subjetividade do medo de ser esquecido na distância do tempo que separa presente e passado e cujo futuro pode ser mais distante ainda daquilo que se amava, se pertencia, se considerava. A distância temporal é um agenciamento inevitável do tempo, porém esta é a resistência da agência feminina (e dos testemunhos e da memória subterrânea), lutar contra o tempo da distância social do que foi pertencido e à favor do tempo da honra. Esta agência humana que age entre a memória do passado e o presente tem a ver com um trabalho de tradução e sobretudo de experiências que envolvem as práticas do cotidiano, sobre o olhar de si mesmo no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado**: cenas de uma violência difusa. Fortaleza: Edições UFC: Funcap: CNPq-Pronex: Campinas: Pontes Ed., 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução Rosa Freire d'Aguiar. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **De espaços outros**. Estudos Avançados, vol27, n.79, p. 113-122. 2013.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. A vida dos homens infames. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. P.89-128.

GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. (Orgs.). **Etnobiografia**: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

DAS, Veena. **Violência e tradução**. In: RBSE. Dezembro de 2007.

_____. **Life and Words**: Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007.

_____. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo**: alguns temas wittgensteinianos. Conferência proferida no XXII Encontro Anual da Anpocs, 27-31 de outubro de 1998, Caxambu-MG. In: RBCS. Vol.14, n.40, junho de 1999.



_____. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India.** New Delhi: Oxford University Press, 1995.

Das, Veena; Poole, Deborah (ED). **Anthropology in the margins of the State.** Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

SCOTT, James. **Exploração normal, resistência normal.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração:** uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação em Sociologia. – PPGS. Fortaleza: 2010.



O IMPACTO DA LÍNGUA FRANCESA PARA A COMUNICAÇÃO INTERFRONTEIRIÇA: AMAPÁ E GUIANA FRANCESA

Mônica do Nascimento Costa*

RESUMO

Este estudo sobre a fronteira tem objetivo analisar os impactos do conhecimento da Língua Francesa para a comunicação entre o Estado Amapá e a Guiana Francesa, elucidar a influência do idioma para o desenvolvimento do processo de comunicação na imprensa amapaense, pesquisar as notícias midiáticas divulgadas em alguns meios de comunicação de massa, e conhecer as barreiras enfrentadas pelos os profissionais de comunicação que produzem pesquisas ou reportagens sobre aquela região. Além de observar o impacto do domínio da Língua Francesa para o fomento da economia local, da segurança pública, turismo, cultura e do intercâmbio cultural. Com objetivo de coletar dados, desde o mês de maio de 2015 fez-se necessário o arquivamento de diversas reportagens divulgadas sobre a fronteira na internet, no blog Oiapoque Linha de Frente. Com o intuito de alcançar informações com autoridades francesas e brasileiras, pesquisadores, jornalistas e a comunidade, a pesquisa de campo foi realizada em Macapá, no município de Oiapoque e em Saint Georges na Guiana Francesa. Para a realização desta pesquisa serão aproveitadas as consultas bibliográficas, internet, utilizando abordagens qualitativa e quantitativa.

Palavras-chave: Comunicação; Fronteira; Oiapoque; Língua Francesa.

1 INTRODUÇÃO

Com advento da globalização, a Língua Francesa flui, na medida em que o idioma toma novos horizontes, alcançando outros países da América do Sul, é o caso do Brasil, no Estado do Amapá. Ao observar-se a fronteira que começa o Brasil dividindo o mesmo rio com o Departamento Ultramarino Francês, percebe-se a ponte binacional sobre o Rio Oiapoque aguardando ser inaugurada, posteriormente, com a implantação da obra, estimam-se que os fluxos turísticos aumentem consideravelmente entre o município de Oiapoque e a cidade de Saint Georges. Entretanto, despertam-se para o crescimento de intercâmbios comerciais, migrações populacionais, escoltados com outras questões emblemáticas.

*Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo. Pós-graduada em Docência na Educação Superior. Email:monicanascos@gmail.com



Conseqüentemente, iniciou-se o interesse em estudar a Língua Francesa, visto que, a maior parte dos visitantes da fronteira fala o idioma europeu, que tem o poder de dinamizar o convívio interfronteiriço e promover o intercâmbio cultural, na medida em que a comunicação, seja de cunho policial, político, econômico ou social transpõem em prol do desenvolvimento regional. O impacto do conhecimento do idioma francês no Brasil pode fomentar a ampliação de ações, projetos ou cooperações transfronteiriças, visto que, historicamente, as relações internacionais se constituem como interfronteiriças, não somente no instante em que uma ponte se une a dois territórios de diferentes nações, mas em razão da longa história acerca dessa relação - quando famílias amapaenses foram habitar na Guiana Francesa, assim como franceses decidiram viver no Amapá.

Desta forma, a pesquisa visa destacar a Língua Francesa, para ser percebida muito mais que uma língua, diante dos múltiplos olhares do mundo voltados à fronteira da Amazônia. A análise consiste em observar o papel da comunicação social no debate de assuntos de interesses em comum - conectados as diferentes ferramentas de comunicação digitais no município de Oiapoque - e conhecer como a segurança da fronteira franco-brasileira é pautada na mídia local.

Para obtenção de coletas dados, foram entrevistados jornalistas que desenvolve atividades no Estado do Amapá, e abordaram sobre a comunicação na fronteira com base nas experiências profissionais de cada um. Além de entrevistas com autoridades, Associação de Professores de Língua Francesa e a comunidade. Entre a revisão de literatura, o livro sobre comunicação de Martins, 2016 foi fundamental para o aperfeiçoamento das ideias. “Quando a sociedade explicita seu modo de pensar ou avaliar um fato ou produto da atividade social, no entanto, até chegar a esse conceito coletivo, a comunidade é submetida às influências sociais como a escola, família, igreja, feiras, mídias e etc” (MARTINS, 2016).

2 O FRANCÊS É MUITA MAIS QUE UMA LÍNGUA

É indiscutível a importância da influência da Língua Francesa para a comunicação entre ambas as nações. Por conta disso, em 1996 foi assinado pelos presidentes do Brasil e França, o acordo de cooperação Franco-Brasileiro que possibilitou a ampliação do ensino na região. Além de escolas particulares, o Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand, inaugurado em 2003, é a instituição pública procurada para a formação do idioma e, segundo a direção da instituição, cerca de dois mil acadêmicos foram capacitados.

Nota-se, a ausência de Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand que na cidade de Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa. O município fronteiriço tem 24.263 mil habitantes, (IBGE, 2016).



A Associação dos Professores de Língua Francesa do Estado do Amapá (APROFAP) é uma das entidades que realiza constantemente cursos e mini palestras para a capacitação dos estudantes e professores de Francês em Macapá. Segundo a presidente da APROFAP, Loide Cristina Trindade, a formação acontece com o apoio de professores da Universidade Estadual do Amapá (Ueap), da Escola Danielle Mitterrand, da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e outras instituições. Porém, no município de Oiapoque, pouco fomenta estudos nesse nível, pelas associações daquela comunidade.

Os participantes dos cursos de francês recebem certificados de capacitação. Além dos diversos materiais didáticos disponibilizados pela associação, os CDs de músicas francesas são ferramentas importantes para a dinamizar o aprendizado, como ilustra a imagem abaixo.



Figura 1 Pesquisa de Campo – Participantes do curso de francês recebendo o certificado – Foto APROFAP.

Figueiredo (2015) afirma que a liberdade da Língua Francesa consiste em ultrapassar fronteiras e cita as palavras do escritor J.M.G. Le Clézio (vencedor do prêmio Nobel de Literatura em 2008): “Le français, beaucoup plusqu’une langue”, que referencia às



lembranças de sua infância, seguida da afirmação que: “O francês é muito mais que uma língua. É um lugar de trocas e encontros. Suas fronteiras se dissolveram na totalidade do mundo, o que não significa um desenraizamento nem uma vulnerabilidade, mas ao contrário maior liberdade, uma audácia e uma ressonância novas”. (LE CLÉZIO, 2008 *apud* FIGUEIREDO, 2015, p.348).

No passado, no território francês existiam muitas línguas e dialetos. Entre tamanha diversidade, o francês superou os outros, oficializando a Língua Francesa. Segundo dados do site oficial da Organização Internacional da Francofonia (OIF, 2015), que é uma das grandes áreas linguísticas mundiais, o francês é a nona língua mais falada do planeta e, assim como o Inglês, sendo fluente nos cinco continentes, além de ser a 3ª língua na Internet. Segundo informações, em 32 Estados e governos membros ou observadores da OIF, o francês é língua oficial, sozinho ou juntamente com outras línguas. O idioma é a segunda língua materna na União Europeia (16%), após o alemão (23%) e antes do inglês (15,9%). (OIF, 2015).

3 OS MÚLTIPLOS OLHARES VOLTADOS À FRONTEIRA DA AMAZÔNIA

Ressalta-se, para que haja o desenvolvimento da comunicação interfronteiriça, é necessário fomentar novas observações acerca daquela comunidade que acolhe trabalhadores oriundos de todo país e do mundo. As famílias relataram sobre a “imagem negativa” veiculada tanto na mídia amapaense quanto na imprensa francesa, a respeito do município fronteiriço. A cultura popular tradicional continua incorporando padrões e valores simbólicos procedentes de outras matrizes culturais, agora com ação da mídia (MARTINS 2016, P.117).

As famílias tradicionais residentes no município de Oiapoque, sentem-se coagidas ou reféns desse juízo contrário sobre o cotidiano da cidade, uma vez que há inúmeras peculiaridades positivas, além da “promiscuidade” da prostituição, tráficos de drogas, entre outras ocorrências que se tornaram problemas sociais.

O morador João Dorimar da Paixão, que trabalha como oficial de justiça no Oiapoque, em entrevista fez o convite para ajudar a divulgar um dos pontos mais expressivos de participação entre o Amapá e a Guiana Francesa, na festividade em honra a Nossa Senhora das Graças, Padroeira do município de Oiapoque. Segundo o morador, a festa promovida pela Igreja Católica movimenta as comunidades religiosas daquela região e fomenta a cultura e o turismo, o evento é pouco abordado na mídia. Tradicionalmente o evento transcorre no mês de agosto, a transladação da imagem da padroeira atravessa o Rio Oiapoque para a cidade de Saint Georges, momento forte, onde brasileiros e franceses compartilham a mesma fé no território europeu, (PAIXÃO, 2015).



Essa fala motiva a discussão proposta, considerando-se que demonstra a importância de se estreitar a comunicação interfronteiriça, principalmente no que concerne a comunicação e, para tanto, reitera-se a importância do domínio da Língua Francesa para a dinâmica desse processo. Visto que, a transição de estrangeiros para o município de Oiapoque é tão perceptível que o comércio local se preocupa com a questão da língua.

Um olhar voltado à outras especificidades, verifica-se os estrangeiros tendo acesso aos letreiros e cardápios nos dois idiomas: Português e Francês. Há cardápios bilíngues e outras influências do idioma francês no município amapaense.

O jornalista Souza Junior em entrevista, observa que as bandeiras de ambos os países convivem lado a lado em diversos pontos e a influência estrangeira vai além: nomes franceses como Laurent, Rolland e outros são muito comuns entre brasileiros locais (claro que devidamente “aportuguesados”). Há ainda uma troca constante de peculiaridades culturais. A comunicação visual em muitos pontos comerciais (lojas, hotéis, restaurantes) é feita de forma bilíngue. Dominar uma língua estrangeira é essencial para que a comunicação seja bem-sucedida. Os restaurantes de maior fluxo de franceses são os que atendentes falam a língua fluente.

Do ponto de vista cultural, ocorre um intercâmbio quando se tem povos diferentes praticando a comunicação. Há, assim, uma troca de experiências. Do ponto de vista econômico, com o interesse francês pelo turismo local e a atual valorização do Euro, é possível inferir que o francês - ao vir para o Amapá - se sentirá mais disposto e seguro sabendo que conseguirá se comunicar sem grandes problemas, o que não deixa de ser um atrativo para o turista, (Souza Junior, 2015).

4 AMAPÁ E GUIANA FRANCESA: A COMUNICAÇÃO NO DEBATE DE ASSUNTOS DE INTERESSES EM COMUM

Questiona-se a produção midiática de assuntos referentes a fronteira. A partir de discussões apresentadas foi possível reforçar a pretensão de verificar e analisar o que vem sendo produzido sobre mídia local – rádio, televisão, jornal impresso e suas versões veiculadas na web – nos espaços da fronteira nacional brasileira do extremo norte, (MARTINS 2016, P.115). Entretanto, o domínio de uma Língua Estrangeira é de grande importância para o mercado de trabalho, e fundamental no mundo globalizado.

Verifica-se a ausência da Língua Francesa na matriz curricular das instituições de ensino superior que oferecem o Curso de Comunicação Social e/ou Jornalismo – durante a coleta de informações, observou-se também as insuficientes ações ou projetos de extensão curricular sobre o tema. Acadêmicos da área de comunicação no Amapá, para terem um conhecimento do idioma, recorrem a outros cursos em escolas particulares ou ao Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand



em Macapá, como foi citado acima, que ensina apenas o básico. As Universidades privadas, Estadual e Federal do Amapá e do Campus Binacional de Oiapoque oferecem o Curso de Licenciatura em Letras - Francês.

Em consequência de inexistir no município de Oiapoque um canal específico de notícias jornalísticas que apresentasse o cotidiano dessa comunidade, foi criado em março de 2015 o blog Oiapoque Linha de Frente (OLF, 2016), que disponibiliza arquivos de notícias divulgadas nos principais veículos de comunicação online e sites institucionais do Estado, entre eles: Ministério Público Federal do Amapá, Tribunal de Justiça do Amapá, Ministério Público Estadual do Amapá, Universidade Federal do Amapá e Agência Amapá de Notícias; e reportagens sobre o município veiculadas em web jornais, entre eles: Portal de Notícias G1 Amapá, Jornal do Dia, Jornal à Gazeta, Jornal Diário do Amapá e Site de Notícias Seles Nafes.

Os meios de comunicação se adaptam de acordo com a opinião pública ou gosto dos receptadores. Por isso, o uso dos meios de comunicação está muito mais associado à atitude de reforçar a opinião pública do que à mudança, ou seja, os meios de comunicação não proporcionam efeitos diretos sobre a audiência, funcionam mais como reforço da opinião, (MARTINS, 2016, p.115)

Há dez anos, a Rede Amazônica – por meio da TV Amapá, filial da Rede Globo – iniciou o trabalho de comunicação no município de Oiapoque, após perceber o potencial do local como celeiro de notícias, principalmente pelo fato de ser um município fronteiriço. Segundo o gerente da TV Amapá, Arilson Freire (2016), apesar da emissora ser veiculada nos 16 municípios do Estado, a empresa percebeu a importância em mostrar como é lidar cotidianamente com o país vizinho europeu, já que a Guiana Francesa é um território francês, e surgiu a necessidade de conversar com a comunidade por meio da reportagem. “É necessário conhecer o dia a dia, o comércio. Transformar a cidade como fonte de pautas, por ter muita vida em Oiapoque para dar destaque nos acontecimentos. Muita gente não percebe a importância de colocar o Oiapoque semanalmente no ar”, (FREIRE, 2016).

Constata-se que a TV Amapá realizou 15 grandes reportagens sobre o município de Oiapoque, nos últimos 15 meses, dentre os principais assuntos abordados sobre defesa e segurança pública em reportagens exibidas pela TV Amapá, a falta de um agrupamento do Corpo do Bombeiro na cidade fronteiriça, provocou cobranças por meio de reportagens divulgadas na emissora, e com isso, o Estadual se alertou e instaurou um posto do Corpo de Bombeiro no município de Oiapoque. “O noticiário que a televisão oferece nas últimas horas de suas transmissões, é e continuará sendo um estímulo, que excitará o apetite jornalístico do telespectador, que irá procurar os



jornais do dia seguinte, para saciar o seu desejo de informar-se, (ERBOLATO, p. 30, 2003).

Nos webjornais, observa-se o trabalho do jornalista Abinoan Santiago (2015), que escreve notícias para o Portal de Notícias G1 Amapá, e teve a oportunidade de escrever para o jornal francês France-Guyane, para conhecer o idioma foi preciso buscar a formação na escola pública, e estudou quatro anos no Danielle Miterrand, o que possibilitou conhecer sobre o idioma e cultura do país transfronteiriço.

A comunicação interfronteiriça contribui para o desenvolvimento local a partir do momento em que as duas imprensas podem debater, nas reportagens, assuntos de interesses em comum da fronteira, que tenham ligação direta com a população e sobre problemas sociais. A exemplo, destacam-se os garimpos ilegais, prostituição e doenças, entre outras questões. O maior desafio de pautar a fronteira é ter em mãos elementos que possam contribuir para o debate social de ambas as regiões.

5 AS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAIS EM CONFRONTO COM A PRECARIIDADE DE CONEXÃO MÓVEL

Estamos em uma fase de muitas modificações econômicas políticas sociais e culturais em função da tecnologia de telefonia celular e internet, o híbrido "internet móvel", como acesso aos meios de comunicação (MARTINS, 2016).

Constata-se a escassez dos serviços de acesso a Internet através da rede dados, pelo dispositivo móvel. Durante 24h, as notificações dos aplicativos e serviços pelo celular – WhatsApp, Facebook, e-mail utilizados como ferramentas de comunicação – não foram atualizadas e as chamadas também não completavam as ligações. De acordo com moradores do município, muitas vezes há falta de comunicação, através dos telefones móveis por até cinco dias. As quedas de energia e falta de internet são os grandes desafios para a comunicação na fronteira.

O acesso à Internet ainda é um grande desafio para os profissionais que trabalham no extremo norte do Brasil, visto que falta qualidade nos serviços prestados pelas operadoras além do descaso do poder público com a falta de incentivo e a escassez de investimentos que impossibilitem que a conectividade seja imediata – quadro completamente diferente da internet banda larga via fibra ótica, do território francês.

A instalação de uma conexão de internet que facilite a comunidade a navegar em alta velocidade permite que a comunicação no Oiapoque aconteça. Uma vez que as informações sejam atualizadas instantaneamente, as necessidades da população são transmitidas – sejam elas na área da saúde, segurança pública, judiciária e/ou educacional. Enfim, a evolução tecnológica é fundamental para a região, a implantação da banda larga, a demora na inauguração da Ponte Binacional, entre



outras necessidades da comunidade fronteiriça, são medidas que vem sendo questionadas por Santos e Porto 2011.

A inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, a pavimentação da BR-156 e a implantação da banda larga no estado do Amapá via Guiana Francesa são os elementos mais tangíveis entre as ações de cooperação regional franco-brasileira: estas são apenas três de uma série de medidas, politicamente pensadas e que estão ditando novos ritmos ao espaço amapaense. (SANTOS; PORTO, 2011, p.1158)

6 DEFESA E SEGURANÇA DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA VEICULADAS NA IMPRENSA LOCAL

Entre os noticiários locais, destacam-se as reportagens policiais. A Operação Ágata 10, por exemplo - ação que ocorre anualmente e visa reduzir o crime organizado, práticas ilícitas e intensificar a presença do Estado nas referidas áreas - a Operação citada neste estudo, demonstra a importância da difusão das operações realizadas na divisa com a Guiana Francesa, porém, a maior parte das notícias giram em torno dos eventos de segurança pública. Os anseios da comunidade não chegam, ou demora chegar, as autoridades competentes por meio da imprensa.

A importância do conhecimento da Língua Francesa colabora no desenvolvimento de operações entre o Amapá e a Guiana Francesa, visto que, diariamente, os oficiais resolvem assuntos direcionados às autoridades de ambas as Nações. No Centro de Cooperação Policial -CCP, os policiais franceses da Gendarmerie e a Polícia de Fronteira - PAF afirmam que todos dos agentes da instituição falam o português, e a busca pelo conhecimento da brasileira foi fundamental para o diálogo com autoridades. Assim como os oficiais de ligação da Polícia Federal que atuam no CCP na Guiana Francesa também afirmaram que todos falam fluentemente francês.

É importante discutir a relevância do uso da Língua Francesa, em razão de observar que o entendimento do idioma demonstra ser essencial para uma ciência que revele o grande valor da qualificação dos profissionais, em prol da formação dos prestadores de serviços à sociedade no extremo norte. O desenvolvimento social da fronteira franco-brasileira perpassa pela Segurança Pública, pois sociedade segura atrai investimentos estrangeiros e nacionais e o domínio da língua de ambas as nações envolvidas no combate à criminalidade transnacional seria mais uma ferramenta de apoio.

Na Polícia Civil do Oiapoque, o delegado Charles Corrêa (2015) afirma que o aprendizado da Língua Francesa é essencial para o desenvolvimento da cooperação policial, visto que, os policiais franceses têm apoio institucional para aprender a Língua Portuguesa, porém nota-se que Polícia Civil do Amapá não recebe a formação, e o



desconhecimento do idioma dificulta a plena interação entre as instituições, embora haja uma atuação em ações realizadas em prol da segurança. Da mesma forma, o domínio da Língua Francesa serve como ferramenta de comunicação para o fortalecimento da inteligência policial.

Dominar o idioma francês potencializaria nossa inteligência policial, pois passaríamos a ter outras fontes de informações que não só brasileiras para desenvolvermos nossa expertise policial sobre esse tema. Muitos policiais franceses que atuam na fronteira franco-brasileira falam o Português, já os policiais brasileiros praticamente, nenhum, o que demonstra a falta de incentivo do governo brasileiro, (CORRÊA, 20150).

Há um interesse mútuo em estreitar a cooperação transfronteiriça decorrente da criminalidade bilateral, onde a garimpagem ilegal e os crimes conexos – tráfico de drogas e armas, prostituição, crimes ambientais e tráfico humano – são os maiores problemas para o país vizinho. Já para o Brasil são os crimes como tráfico de armas e drogas, provenientes da Guiana Francesa e Suriname.

7 CONCLUSÃO

Neste estudo sobre o impacto da língua francesa para comunicação interfronteiriça, apresenta-se um conjunto de reflexões sobre diversas temáticas que determinam novas pesquisas relacionadas à fronteira franco-brasileira, pelos aspectos analisados, diante das características do mundo globalizado, conectado às tecnologias, e correspondente ao aprendizado das línguas estrangeiras - em especial francesa - e à agilidade no processo da informação, a linha de frente pouco avança na área da comunicação.

A aprender falar francês é o primeiro passo para o desenvolvimento social. É imprescindível que o poder público promova políticas públicas voltadas aos profissionais que vivem e trabalham naquela comunidade. As famílias necessitam de qualidade de vida e de se comunicar por meio de uma internet eficaz.

Nota-se a ausência do incentivo da Língua Francesa nos cursos de comunicação social, a demanda ainda é tímida, diante de um mercado competitivo linha de frente de um território europeu. Logo, um intercâmbio entre os comunicólogos aumentaria as possibilidades da população amapaense e guianense de conhecerem a região por meio da imprensa local e nacional, para que, unidos apresentem propostas e cobrem os direitos dos cidadãos.

Sendo assim, é importante dar continuidade às diferentes pesquisas que abordem o extremo norte. Conclui-se que seria incoerente afirmar a finitude deste assunto, pois incomensuráveis são os estudos que estão além do conhecimento humano sobre a rica fronteira da Amazônia. Portanto, o domínio da Língua Francesa dinamiza a



comunicação interfronteiriça, amplifica os laços entre as nações e favorece a eficiência do trabalho da comunicação midiática. Além de contribuir indiscutivelmente para com fortalecimento da segurança pública e o desenvolvimento da cultural, econômico, político e social da fronteira franco-brasileira.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, E. *Uma visão atual das Literaturas de língua francesa*, ALEA, Rio de Janeiro, n. 2, v. 12, p. 347-349, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2010000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 30jun. 2015.

MARTINS, R. *Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?: Comunicação e Semiótica do Marabaixo*. São Paulo: Editora Scortecci, 2016.

ERBOLATO, M.L. *Técnicas de codificação em Jornalismo*; Redação, Captação e edição no Jornal Diário. Nº. 20, São Paulo, Editora Ática, 2003. p. 30.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=160050&idtema=1300&search=amapaloiapoque|estimativa-da-populacao-2015->>>. Acesso em: 25 jun.2015.

OIF, *Organisation Internationale de la Francophonie*. Disponível em: <<http://www.francophonie.org/Bem-vindo-ao-site-oficial-da.html>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

OLF, *Oiapoque Linha de Frente*. Disponível em: <<http://oiapoquelinhadefrente.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

SANTOS, P.G. S; PORTO, J. L. R. *Novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação*, III Simpósio de Geografia Política. Revista Geonorte, Edição Especial 3, 2011. p. 1158.



PROCESSO DE COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO POLICIAL: DEFESA E SEGURANÇA DA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

Mônica do Nascimento Costa²²

Orientado pelo Prof. Dr. Manoel de Jesus Souza Pinto

RESUMO

A pesquisa pretende analisar o processo de comunicação e de cooperação internacional em defesa e segurança da fronteira franco-brasileira, entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa, departamento ultramarino da França. Por meio do Centro de Cooperação Policial (CCP), coordenado pela Polícia Federal (PF) do Brasil, Polícia de Fronteira (PAF) e a Gendarmerie da França, os policiais investigam delitos, controlam o fluxo migratório e combatem à criminalidade transnacional. Em razão da baixa produção de pesquisas científicas e reportagens relacionadas a cooperação policial internacional, motivou-se levantar dados, para estudar e definir o instituto interinstitucional como objeto de pesquisa. O estudo analisa algumas publicações periódicas que envolvem a cooperação policial binacional na linha de frente. O programa veiculado em canal de TV aberta Entre Vistas, na Rede Vida, que apresenta um quadro específico sobre a fronteira da Amazônia será analisado para as coletas de informações, por meio de entrevistas apresentadas pela comunidade, pesquisadores e autoridades da região fronteira. Serão realizadas as consultas bibliográficas, pesquisas qualitativa e quantitativa, na internet e entrevistas.

Palavras-chave: Comunicação; Amapá; Guiana Francesa; Cooperação Policial; Migração.

1 INTRODUÇÃO

Definiu-se como objeto de estudo, o Centro de Cooperação Policial (CCP) localizado no Departamento Ultramarino da França - Guiana Francesa, devido à escassez na produção de pesquisas ou reportagens referentes ao órgão de Segurança Pública, no Estado Democrático de Direito – e percebeu-se um comprometimento apresentado

^{*22} Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo. Pós-graduada em Docência na Educação Superior. E-mail: monicanascos@gmail.com.



pelo projeto conjunto estabelecido entre as polícias especializadas no controle de tráfego de pessoas e no combate à criminalidade na fronteira – é o caso do Delegacia de Imigração da Polícia Federal (DELEMIG), a Gendarmerie Nacional e a Polícia de Fronteira (PAF) da França.

No espaço extremo que divide o Brasil e a França, a Amazônia atrai olhares do mundo inteiro. Ao apresentar-se grandes potencialidades em riquezas minerais e de biodiversidade, a exemplo das montanhas do Tumucumaque, contemplada como um divisor de águas entre a bacia amazônica (nascente de muitos rios, entre eles, o Oiapoque). Posto isto, atenta-se a importância de investigar a cooperação binacional pelos órgãos de segurança interinstitucionais. Visto que, as atividades de extração ilegal de minérios, a clandestinidade, tráfico de pessoas e as dessemelhanças nas leis e no modo em que cada país legisla, são questões emblemáticas que impedem o progresso das relações transfronteiriças. Questiona-se neste estudo, as ações de enfrentamento dos atos ilícitos no município de Oiapoque, e como é fiscalizado o controle do fluxo migratório pela União, entre outros assuntos. Sabe-se que o Brasil possui fronteira com dez dos 12 países da América do Sul, com exceção do Chile e Equador, totalizando quase 16 mil km de extensão em todo território nacional. O Amapá possui 730,4 km de extensão em fronteira com o território francês, dos quais 427,2 km são por rios e 303,2 km por divisor de águas. Ainda assim, a região representa a segunda menor fronteira do País (FUNAG 2016).

A pesquisa tem como objetivo, analisar o processo de comunicação e cooperação policial, em defesa e segurança da linha de frente, onde começa o Brasil. Logo, a metodologia usada para a construção do texto, além da revisão de literatura, teses de Doutorado de Pinto, (2008) e Silva, (2013), pesquisas qualitativa e quantitativa. A pesquisa de campo feita em Oiapoque e Saint Georges de l'Oyapock no período de maio de 2015 e novembro do mesmo ano, e em Macapá de novembro de 2015 ao dia 24 de outubro de 2016. Onze pessoas dos dois países foram questionadas, entre os entrevistados, o Superintendente Regional da Polícia Federal, DPF Raimundo Soares de Freitas, o atual representante da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol no Amapá) e Oficial de Ligação da Polícia Federal em Cayenne, 2009/2011, DPF Alexandre, o atual representante da Interpol no Amapá substituto e Oficial de Ligação da Polícia Federal em Cayenne em 2013/2015, DPF Edgard Resende, APF Senna, PPF Nunes e assessores de comunicação da PF; MDLI Chef Didier, Capitão Clement, Gendarmerie Nationale e Police Aux Frontières, e o radialista e jornalista francês Jessy Xavier. Os entrevistados responderam questões sobre o desenvolvimento do processo de cooperação policial, a importância do conhecimento da língua francesa para a comunicação interinstitucional, as demandas de imigração de brasileiros e o fluxo migratório de estrangeiros, a participação da Interpol para a redução de crimes, e o processo de comunicação midiático.



1 OIAPOQUE: UM NOME E UMA ORIGEM

Observar o nome do município de Oiapoque é autenticar a própria história dos primeiros habitantes do Brasil, pois a palavra traduz-se “casa dos Waiãpi”. A expressão representada em tupi-guarany marca o nome da cidade onde começa o território nacional brasileiro. Segundo a Universidade Federal do Amapá Campus Binacional (2016), o termo indígena consiste em razão dos primeiros moradores terem origem dos povos Waiãpi. A história de lutas e conquistas iniciou-se quando o Oiapoque ainda fazia parte da Capitania do Cabo Norte, no período colonial, no início do século XVI, na época, os portugueses da América combatiam contra os europeus para apropriarem-se do território – na época conhecido como Vicente Pinzón– para expandirem os impérios colonizadores, dos grupos representados. Oiapoque originou-se da morada de um mestiço chamado Emile Martinic. Não há registro de data precisa, mas, em razão de sua referência, a localidade passou a ser conhecida como “Martinica”, termo ainda utilizado para designar antigos habitantes. A criação do Primeiro Destacamento Militar do Governo Federal ocorreu em 1907, os presos políticos daquela época eram mantidos no ambiente. Posteriormente, a unidade foi transferida de Oiapoque para Santo Antônio (atual Distrito de Clevelândia do Norte), então chamada de Colônia Militar. Somente em 23 de maio de 1945, foi erguido um monumento determinando o marco inicial do Brasil, como símbolo da soberania nacional sobre as áreas limítrofes, frente ao Contestado Franco-Brasileiro (região situada entre os rios Oiapoque e Araguay, disputada pelos dois países). No ano de 2016, a cidade completou 71 anos, contabilizando 24.263 mil habitantes, (IBGE, 2016), tendo como padroeira, Nossa Senhora das Graças.

2 PROCESSO MIGRATÓRIO DE BRASILEIROS À GUIANA FRANCESA

A busca por um ambiente colonial distante para enviar os presidiários mais perigosos e presos políticos motivou o governo francês a instaurar o Departamento Ultramar da França em 1946 – o local era espaço de prisão – na metade do século XIX. A Guiana Francesa é administrada pela França, logo, a Língua Francesa tornou-se o idioma oficial, além do Créole, Taki-taki e outros dialetos. Em 1968, instaurou-se o projeto de construção do Centro Espacial na cidade de Kourou, usado pelo Programa Ariane, da Agência Espacial Europeia. Enquanto a França demandava mão de obra, os brasileiros necessitavam de emprego, com isso a obra provocou a principal razão para atrair os trabalhadores oriundos principalmente dos estados do Maranhão, Pará e Amapá. A construção da base aérea contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento econômico do território europeu, dando visibilidade ao país, despertando novos olhares. Afirma-se 267.000 habitantes na Guiana Francesa, além de franceses, há brasileiros, chineses, surinameses, haitianos e outros, (BRITANNICA



ESCOLA, 2016). Motivados pela esperança de “mudar de vida”, estes imigrantes deixam para trás um país e, principalmente, uma região marcada por profundas desigualdades sociais; e levam consigo o sonho de um dia retornarem para casa em boas condições financeira, (PINTO, p.107, 2008)

3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL POLICIAL BRASIL-FRANÇA

378 metros divide e une as cidades de Oiapoque e Saint Georges de l’Oyapock, através da Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque, a população aguarda a inauguração da obra desde o ano de 2011, com o custo de um pouco mais de 60 milhões para os cofres públicos. A fronteira, embora pouco abordada pela mídia nacional, é muito importante para o país. A França, potência mundial, membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), é parceira fundamental para o Brasil. Além do DPF, há outros importantes órgãos federais: Exército, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Ibama, dentre outros, todos parceiros das ações da PF. Isso, somado aos órgãos do poder estadual do Amapá: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, igualmente aliados do trabalho do DPF. Em suma, no extremo norte do País, várias instituições trabalham em prol da soberania nacional.

4 A PARTICIPAÇÃO DA INTERPOL PARA A REDUÇÃO DE CRIMES NA GUIANA FRANCESA

Silva (2013, p.233) afirma que o Brasil e França já realiza diversos acordos de cooperação transfronteiriça em matéria de segurança e defesa civil, no entanto, em temas como Segurança Pública e Readmissão de Pessoas em Situação Irregular.

Existem, por outro lado, acordos cujo foco e raio de ação de uma conotação fronteiriça, e sua implicação em outras partes dos territórios brasileiro e francês, é mínima. Neste caso, salientamos o Centro de Cooperação Policial (CCP) da Polícia Federal, em Saint-Georges-de-l’Oyapock, e a permanência de um oficial de ligação da mesma polícia em Cayenne. (SILVA, 2013, p. 233).

Constata-se a fala de Silva (2013), a atuação de oficiais de ligação no referido Centro de Cooperação Policial, tanto na cidade de Saint Georges de l’Oyapock quanto em Cayenne, a capital da Guiana Francesa. A decisão da reedição da proposta de uma ação conjunta surgiu da necessidade urgente da comunicação interfronteiriça, em consequência do alarmante número de delitos envolvendo brasileiros no solo europeu.

A cooperação foi desenvolvida com o apoio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) que ajuda na organização de polícias de diferentes países, presente



em 181 países filiados, é a segunda maior organização internacional, atrás apenas da ONU. O representante regional da Interpol no Estado do Amapá, Alexandre Feitosa, tomou posse como delegado da Polícia Federal no município fronteiriço em julho de 2006, e foi o primeiro Oficial de Ligação em Cayenne. Em consequência dos trabalhos desenvolvidos, as autoridades deram início a reedição da versão inicial do projeto de um centro de cooperação. Após os diversos diálogos e ajustes bilaterais entre as autoridades do Brasil e da França, iniciado em 2007, o Centro de Cooperação Policial - CCP foi instituído pela República Federativa do Brasil e a República Francesa. Os países revigoraram o protocolo adicional com o acordo de parceria e cooperação em Brasília no dia 7 de setembro de 2009.



Figura 2 Pesquisa de Campo no CCP em Saint Georges de l'Oyapock dia 25.11.2015 - Foto Mônica Costa

Para Feitosa (2016) o conhecimento da Língua Francesa foi essencial para o alinhamento das ideias e propostas de elaboração do CCP. Segundo Feitosa, todo procedimento foi elaborado juntamente com os policiais franceses, projetado no ano de 2007. Os policiais franceses, também destacaram a importância do conhecimento da Língua Portuguesa para a comunicação entre as polícias brasileira e a comunidade que fala o idioma. Na ocasião, o Oficial de Ligação, PPF David Nunes, também destacou a importância do conhecimento da língua francesa para as ações de cooperação ocorridas no solo francês.



Aprovado pelo Congresso Nacional em 2011, a criação do CCP objetivou definir um quadro institucional entre o Brasil e França com intuito de trocar experiências e informações, bem como estabelecer a cooperação técnica entre os serviços de polícia do Estado do Amapá e da Guiana Francesa. O Decreto de número 8.344 da Presidência da República entrou em vigor dia 13 de novembro de 2014, o Centro estará à disposição das seguintes instituições das Partes: a) pela Parte francesa: a “Gendarmerie Nationale” e a Polícia Nacional; b) pela Parte brasileira: a Polícia Federal, (BRASIL, 2016).

Ao observar as estratégias de segurança aplicadas pelo Estado Democrático de Direito no extremo norte evidenciam-se técnicas diferenciadas de controle e fiscalização do território francês. A cooperação técnica entre as polícias contribuiu para a diminuição da criminalidade na região. Dados da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá (SR/DPF/AP) apontam que, do mês de junho de 2009 a junho de 2011, aproximadamente 60 foragidos da justiça foram capturados na Guiana Francesa, todos foram presos e deportados para o Brasil, (FEITOSA 2016). A PF registrou 50 ocorrências, entre os anos de 2011 e 2013. Segundo o APF Luciano Senna (2016), Oficial de Ligação em Saint Georges de l’Oyapock de julho de 2013 a agosto de 2015, o número caiu para 30, durante o referido período. Uma pessoa é presa mensalmente no território europeu, (SENNA, 2016).

O representante da Interpol nos anos de 2008 a 2013, DPF Edgard Resende, atuou em Cayenne, e também como Oficial de Ligação, nos anos de 2013 a 2015, confirma a importância do CCP como o principal órgão de trânsito de informações. Segundo Resende (2015), a fronteira, como qualquer outra, perpassa por cenários de enfrentamento de diversas criminalidades e, por ser muito permeável à floresta, a abundância de ouro atrai muita gente de todo lugar do Brasil, sendo a maior parte proveniente do norte e nordeste. Devido a imigração ilegal ser considerada crime na França, motiva as vistorias de documentos de brasileiros na Guiana. Caso o brasileiro esteja irregular, ele é acompanhado pelos policiais franceses até a delegacia da PAF, onde é ouvido e fica apreendido enquanto aguarda a deportação para o Brasil. Diariamente, há brasileiros sendo deportados para o Brasil por estarem de maneira ilegal no solo francês, cerca de 1.000 clandestinos são registrados na PAF, anualmente.

Diversas instituições, entre elas, os Consulados Francês e Brasileiro, a Polícia Federal entre outras, solicitam pedidos de investigações de brasileiros na Guiana Francesa. No ano de 2012, foram investigadas 600 pessoas. Em 2013 o número aumentou para 660 pedidos recebidos. Os números de investigações de brasileiros na Guiana caíram para 528, no ano de 2014 (RESENDE, 2016).



5 CONTROLE DO FLUXO MIGRATÓRIO DO PORTO FLUVIAL NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

A tabela abaixo registra o controle do Fluxo Migratório do Porto Fluvial em Oiapoque. Nota-se que a rota de trafegabilidade na fronteira aumenta cada vez mais, anualmente, mais de 13 mil estrangeiros são registrados, e todo o controle migratório é monitorado pelo Núcleo de Migração da DELEMIG.

Segundo a PF, os dados dos números de saídas variam em 12 mil, por ano. São pessoas de diferentes nacionalidades que saem da Guiana Francesa, de Paris, Haiti, Suriname, entre outros países, porém, a maioria são franceses.

FLUXO MIGRATÓRIO DO PORTO FLUVIAL EM OIAPOQUE/AP JANEIRO 2014 – 24 DE OUTUBRO 2016

	Entrada 2014	Saída 2014	Entrada 2015	Saída 2015	Entrada 2016	Saída 2016
JAN	468	1.514	517	1.372	442	1.330
FEV	926	526	1.169	994	976	1.021
MAR	868	1.223	537	752	728	659
ABR	995	763	895	661	928	773
MAI	785	825	994	1.191	555	732
JUN	1.025	795	485	429	610	583
JUL	1.536	1.017	1.998	1.183	1.628	1.861
AGO	1.719	2.101	2.207	2.685	2.018	2.354
SET	285	386	561	734	639	600
OUT	994	910	1.320	1.088	594	500
NOV	764	787	809	942		
DEZ	1.835	777	1.798	824		
TOTAL:	12.200	11.624	13.290	12.855	9.118	10.413

Fonte: DELEMIG – Polícia Federal – Data 24.10.2016.

O imigrante ilegal no Brasil é notificado e, conseqüentemente, multado, além de ser deportado para o país de origem. Caso o brasileiro queira permanecer no território



francês, necessita realizar o procedimento obrigatório - para fins de trabalhos ou passeios no solo francês, todo brasileiro deve providenciar um documento chamado Visto - ao contrário, para os franceses, não há a exigência deste documento para adentrar o território pátrio. A Guiana Francesa é o único território francês onde precisa de um visto para entrar, além do passaporte, ou Carte de Séjour. Na entrada de Saint-Georges, os estrangeiros são fiscalizados. Para entrar em Paris - ou em outro território francês - basta o passaporte válido, (RESENDE, 2015).

Aproximadamente 300 a 500 passaportes são registrados pela Delemig. A PF no Oiapoque também realiza diligências em casas noturnas para fiscalizar estrangeiros sem a documentação legal – passível de multa e deportação em até três dias para o país de origem. Pereira (2006) observa o processo migratório.

Observa-se, portanto, que os processos migratórios de pessoas e de mercadorias na fronteira articulam, a um só tempo, cultura, identidade, nacionalidade e localidade. [...] São deslocamentos físicos e de significados, conforme os aspectos da interação social que servem à comparação e também retratam as várias formas de ser migrante na fronteira Brasil-Guiana (PEREIRA, 2006, p.217).

O pensamento de Pereira (2006) compara-se, para o aumento do tráfego de pessoas após a inauguração da Ponte Binacional, com isso, ilícitos referentes a elisão e evasão fiscal (sonegação), contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas e animais devem ser monitorados pela Receita Federal e a Douane Francesa - órgãos responsáveis pela administração dos tributos federais, fiscalização e o controle aduaneiro.

Pinto (2008) alerta a ausência de ações de vigilância no rio Oiapoque, questionando a necessidade de um porto disponibilizado pela Marinha Brasileira, Polícia Federal, Exército, Polícia Civil, ou quaisquer outros órgãos de fiscalização, defesa e segurança pública. A preocupação do autor era com a falta de severidade: “Parece que nenhuma norma é seguida. Como já afirmamos, a presença do Estado brasileiro na região é bastante frágil. A falta de policiamento em áreas estratégicas, como por exemplo, no porto local, é um atentado à soberania nacional”, (PINTO, 2008, p.98).

Oito anos após a publicação de Pinto (2008), o quadro encontrado é notoriamente contraposto: a PF realiza o policiamento fluvial no Rio por meio do Posto de Fiscalização do Tráfego Internacional Marítimo e Fluvial da Nepom – Núcleo Especial de Polícia Marítima, e conta com o apoio a Polícia Civil e Militar. Porém, um posto da Marinha do Brasil ainda é ausente.



6 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO MUDIÁTICO SOBRE AÇÕES DE COOPERAÇÃO POLICIAL OCORRIDAS NO CCP

A imprensa pauta a segurança na fronteira, no entanto, as publicações midiáticas divulgam, em grande parte, operações ocorrentes anualmente na linha de frente – impressas em capas de jornais e manchetes de telejornais – mas, ainda não são suficientes para divulgar a realidade das ações da defesa e segurança pública fronteiriça, cotidianamente. Há ausência de um olhar sistemático tanto da comunicação, quanto da própria sociedade e do poder público para as necessidades objetivas das forças policiais, como investimento em infraestrutura e aumento do efetivo para a segurança pública de ambas as nações.

Cita-se dois casos repercutidos sobre a fronteira durante a conclusão desta pesquisa, em outubro de 2016. Um dos casos mais emblemático veiculado na mídia brasileira e francesa, com a participação direta da Polícia Federal no Centro de Cooperação foi o “Caso Manoelzinho”. O brasileiro que matou dois policiais franceses no ano de 2012, na área de Garimpo da Guiana Francesa. A Polícia Federal estava no CCP, e juntamente com a PAF e Gendarmerie realizaram as diligências. No dia 19 e 20 de outubro de 2016, os jornais da França destacaram a manchete da condenação dos acusados pela justiça francesa, um dos quatro acusados, o Manoelzinho foi condenado em prisão perpétua na França. A imagem abaixo é o recorte do Jornal Francês, France Guyane, com a manchete destacando a reportagem na capa.



Figura 3- Caso Manoelzinho na capa do Jornal France Guyane - 20 de out de 2016 – Fonte DELEMIG – PF



Entre as diversas reportagens publicadas, a notícia sobre um suposto terrorista que havia sido visto próximo ao município Oiapoque em agosto de 2016, foi destaque nos jornais do Amapá, dezenas de webjornais, rádios e televisão, do Brasil publicaram a informação, que o marroquino foi visto perto do Oiapoque. Nas redes sociais por exemplo, ocasião em que a Mídia Mundial estava concentrada no solo brasileiro, durante as realizações dos jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro 2016, simultaneamente, e a França era alvo de ataques terroristas. A Polícia Militar do Amapá chegou a interromper uma viagem da embarcação Ana Beatriz, que trafegava do Estado do Amapá em direção a Belém no Pará, e levou um suspeito para a PF. Porém, a Polícia Federal negou a informação, e segundo a DELEMIG, o cidadão que foi conduzido a Superintendência Regional era um Sírio que pedia refúgio no solo nacional. Identifica-se, o “ruído” que teve repercussão na imprensa, por um lado, serviu de alerta às autoridades.

O superintendente regional da PF, Raimundo Freitas, afirmou que a fronteira estava sendo vigiada, e assegurou que a notícia do suposto terrorista visto próximo ao Oiapoque também não era verdadeira. Além da PF, o jornalista e radialista Francês Jessy Xavier, também informou que o suposto terrorista visto próximo no município fronteiriço eram falsas informações. Dias depois, a Polícia Francesa prendeu o suporte terrorista, que, na verdade, não havia saído de Martinica na Guiana Francesa. Os jornais franceses publicaram no dia 18 de outubro de 2016, que Rafea foi transferido para a França, (FRANCE GUYANE, 2016).

Contudo, é importante ressaltar o pensamento de Octavio Bomfim, ao referir-se do cuidado com processo de comunicação midiático: “a notícia precisará oferecer ao leitor todas as informações válidas. Detalhes aparentemente irrelevantes devem ser levados em conta, e nomes, bem como datas, lugares, precisam ser cuidadosamente escritos, para evitar desmentidos”, (Bomfim, 2003, p.185).

7 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou compreender o processo de comunicação e de cooperação internacional entre as polícias do Brasil e da França, por meio do Centro de Cooperação Policial – CCP, na Guiana Francesa. Percebeu-se no município de Oiapoque, a comunhão entre todas as forças policiais, entre elas, a Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Exército; Receita Federal, Ibama, Anvisa e outros órgãos de fiscalização. Como afirma Pinto (2008, p.97), “o que antes era uma fronteira livre (Oiapoque/Saint-Georges); hoje existe uma fiscalização rígida, pouco ligando para acordos diplomáticos”.

Diante do que foi estudado, percebe-se que, o CCP é uma instituição que avança na cooperação internacional. Não há registros de outro órgão público brasileiro, presente



na Guiana Francesa, com servidores do Brasil morando no território europeu, servindo a população, além dos Consulados do Brasil e França. Entretanto, nota-se a ausência de um Núcleo de Comunicação no próprio CCP, tendo em vista, que um departamento comunicacional possibilitaria a plena comunicação, e as notícias seriam “filtradas” - antes de chegar aos meios de comunicação de massa - para serem repassadas com veracidade e responsabilidade à sociedade através da imprensa.

Sendo assim, estudar a fronteira franco-brasileira é muito mais que escrever ou pesquisa-la, é possibilitar a exposição de diferentes particularidades existentes naquela região. Avaliar o controle do fluxo migratório, fez-se refletir a relevância de desenvolver políticas públicas na comunidade, sobretudo na área de turismo, visando o aquecimento da economia local, visto que, mais de 10 mil estrangeiros atravessam o rio Oiapoque, ainda que de Catraia (canoa com motor) enquanto aguardam a abertura da Ponte Binacional.

Apesar dos esforços para a realização deste estudo, conclui-se afirmando que é importante a produção de mais pesquisas científicas relacionadas à segurança pública e a comunicação na fronteira franco-brasileira. Os “novos olhares” da academia contribuem para a ciência das necessidades da comunidade fronteiriça, à toda sociedade civil organizada. E, em vista dos argumentos apresentados, a vontade política é o principal impulso para o fomento do desenvolvimento social na faixa de fronteira da Amazônia, “o coração do mundo”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 8.344, de 13 de novembro de 2014: Promulga o Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa com vistas à criação de um Centro de Cooperação Policial.**

BRITANNICA, Escola Online. **Enciclopédia Escolar Britannica**, 2016. Web, 2016. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/481324/Guiana-Francesa>>. Acesso em: 20 de jun. de 2016.

DOL, **Suposto terrorista com destino a Belém é detido** Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-377140-suposto-terrorista-com-destino-a-belem-e-detido.html>. Acesso em: 20 de ago. 2016.

ELBORLATO, M.L. **Técnicas de codificação em Jornalismo**, apud Octavio Bonfim “A apuração da Notícia” In cadernos de jornalismo e comunicação, Nº. 20, São Paulo, editora Ática, 2003. Mar. de 1969 .181 p.

FUNAG, **Fundação Alexandre de Gusmão. Brasil: fronteiras terrestres**. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestres-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016;



GUYANE, France. **Rachid Rafea transféré**, Disponível em: <http://www.franceguyane.fr/une/rachid-rafaa-transfere-317722.php> acesso em 24 out. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=160050&idtema=130&search=amapa|oiapoque|estimativa-da-populacao-2015->. Acesso em: 28 jul.2015.

PEREIRA, M. C. **Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana**. *Estudos Avançados*, Brasília, n. 20, v. 57, p. 217, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 nov. 2015.

PINTO, M. de J. S. **O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de Trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências-Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará (UFPA), Macapá. 2008.

SILVA, G. V, **A cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França: Ensaio e expectativas neste século XXI**. 2013. 233p. Tese (Doutorado do Programa em Pós-Graduação em Geografia) Centro de Ciências da Matemática e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFJR), nov. 2013.

UNIFAP, **Campus Binacional Oiapoque**, disponível em: <http://www2.unifap.br/oiapoque/campus-binacional-do-oiapoque/oiapoque-informacao/> Acesso em: 17 de março de 2016.



Narrativas híbridas no telejornalismo brasileiro contemporâneo: análise dos programas Profissão Repórter e CQC

Mauro dos Santos Cardoso²³ – UNIFAP

Isabel Regina Augusto²⁴ - UNIFAP

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma abordagem sobre as narrativas do telejornalismo brasileiro na contemporaneidade calcado na análise de dois programas telejornalísticos, considerados paradigmáticos segundo a classificação feita por Guilherme Rezende. Para abordar tais conteúdos, se fez necessário, primeiramente, entender a dicotomia entre dois tipos de discursos que são produzidos pela televisão: sobre o real e o ficcional e como tais discursos são materializados nos produtos da indústria cultural televisiva. Portanto, realizamos com esse objetivo uma leitura de autores como Umberto Eco, Casetti & Odin e Piscitelli que abordam essa dicotomia entre o real e ficcional na TV, além de brasileiros como Yvana Fachine, Itania Gomes e Iluska Coutinho que buscam construir metodologias de análise de conteúdos audiovisuais. Estes, que serviram de base teórico-metodológica à análise do trabalho ora apresentado, que ilustra uma tendência de programas telejornalísticos híbridos na contemporaneidade.

1 INTRODUÇÃO

A televisão se insere na era contemporânea, chamada por alguns de pós-moderna, como produtora de conteúdos e discursos culturais, influenciando decisivamente o comportamento das sociedades, seu modo de pensar e de opinar.

Nesse sentido é significativo reconhecer o processo de produção dos conteúdos televisivos, de modo a conferir-lhes o *status* devido, possibilitando criar uma consciência de que a imagem é reflexo do dispositivo, uma representação de uma ideia, limitada ao visível (BUCCI & KEHL, 2004). Bem como uma estratégia de comunicabilidade, com suas possibilidades de leitura e intenções.

Diante dessa reflexão, neste artigo aqui apresentado, resultante de capítulos do Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo da UNIFAP, fazemos uma análise de

²³ Graduado em Jornalismo pela UNIFAP e acadêmico do curso de licenciatura em Artes Visuais na mesma universidade.

²⁴ Prof. Dra. Curso de Jornalismo UNIFAP.



dois programas da televisão brasileira: *Profissão Repórter* e o *CQC*, das emissoras da Rede Globo e Bandeirantes, respectivamente. O propósito primeiro do referido estudo contido no capítulo aqui tratado foi buscar fazer uma proposta de análise de conteúdos telejornalísticos dentro de metodologias de análise de conteúdos audiovisuais contemporâneos, especialmente aqueles inseridos numa estética híbrida de linguagem, uma tendência cada vez mais perceptível da “cultura digital”.

Os dois programas que foram analisados, são paradigmas da atual fase que o telejornalismo brasileiro se insere, segundo estudos de Guilherme Rezende (2010). Para esse autor, essa atual fase parece revelar produções, que num primeiro momento contradizem conceitos e princípios do jornalismo, abusando da espetacularização da imagem para construir narrativas carregadas de emoções, sensacionalismo e também o humor. Uma tendência ao experimentalismo e hibridismo com outras narrativas, gêneros e formatos que reconfiguram o modo de produzir jornalismo para a televisão atualmente. Essa mistura de linguagens parece-nos mais evidente quando fazemos a junção com a tecnologia digital e as convergências de mídias na contemporaneidade.

Antes de prosseguir, se faz necessário explicitar os procedimentos realizados em nossa análise. Após a captação das peças do material dos programas disponível na internet (youtube.com), procedeu-se à decupagem do material audiovisual em estrutura de lauda televisiva e texto roteirizado, com indicação de tempo e sequência, cenas, enquadramentos e planos, efeitos gráficos e indicação de som e trilha, de créditos de repórter, apresentador, entrevistados, etc.

Com o texto editado, estruturado e transcrito possibilitou-se perceber como o produto midiático é organizado e roteirizado, para que depois pudéssemos fazer uma análise da estrutura narrativa e observar os recursos estéticos, “linguísticos” e expressivos, usados na construção do formato. Como observado por Casetti e De Chio (apud Brasil e Emerim, 2011), afirmando a importância de organizar e sistematizar o material em sua forma descritiva para uma observação mais holística da narrativa. Isso nos leva a observar o roteiro sobre o qual a narrativa se desenvolve e sua semelhança com outras estruturas.

Optamos em escolher, primeiramente, a estreia de cada programa para a amostra de análise do *corpus material*, e mais um programa de cada, do corrente ano de 2015, ano de produção do TCC, para contrastar certas evoluções no formato. Escolhemos os programas iniciais justamente por supor que seria possível melhor evidenciar que os formatos de tais programas já nasceram com uma proposta diferenciada de produto televisivo.

Nesse sentido faremos uma abordagem teórica-metodológica em duas vias que podem facilmente se entrelaçar. A primeira corresponde numa tentativa de verificar um



hibridismo de linguagem nos programas jornalísticos, o *corpus* material escolhido, através de seus discursos dentro de uma dicotomia de real e ficcional proposto primeiramente por Umberto Eco (1986) e aprofundando em Casetti e Odin (2012) e atualmente uma nova proposta de periodização da televisão com Piscitelli e sua pós-tv (1995). E depois, uma abordagem mais expressiva e analítica em elementos linguísticos usando como base três autores brasileiros: Yvana Fechine (2009), Itania Gomes (2011) e Iluska Coutinho (2012) que procuram construir métodos de análise de conteúdos audiovisuais televisivos.

2 OS DISCURSOS SOBRE O REAL NA TELEVISÃO: PALEO, NEO E PÓS-TELEVISÃO

Umberto Eco (1986), em seu ensaio sobre a transparência da televisão, divide a televisão em dois grandes momentos: *paleotelevisão* e *neotelevisão*. Essa divisão está embasada na dicotomia de discursos entre real e ficcional, quando o autor separa a programação da TV, no seu início (*paleotelevisão*), em duas categorias: 1) *programas de informação* e 2) *programas de fantasia e ficção* (ECO, p.183). Para o autor, a primeira categoria, “a tevê fornece enunciados a respeito de eventos que se verificam independentemente dela” (ECO, 1986 p. 183), enquanto a segunda, “o espectador exerce conscientemente a chamada suspensão da incredulidade, e aceita “de brincadeira”, tomando como verdadeiro e válido aquilo que todos sabem não passar de uma construção fantástica” (ECO, 1986 p.184) e acrescenta, ainda, para os programas informativos jornalísticos:

O público espera que a tevê cumpra com sua obrigação (a) dizendo a verdade, (b) dizendo-a segundo critérios de relevância e proporção, (c) separando informação e comentário (ECO.1986, p.183).

Como observado, a informação que trata diretamente do mundo externo, do mundo real, é mantida certos critérios que devem ser seguidos na construção da narrativa para objetivação da proposta de informar.

Francesco Casetti e Roger Odin, em texto publicado originalmente na revista *Communications: Télévisions Mutations* (1990), aprofunda o conceito dos dois modelos de televisão propostos por Umberto Eco. Para os autores, a *paleotelevisão* é vista como uma instituição “fundada a partir de um projeto de educação cultural e popular, ela se apresenta, primeiramente, estabelecendo um contrato de comunicação pedagógica” (CASETTI & ODIN, 2012 p.09). Esse contrato de comunicação é “um processo pelo qual os espectadores são convidados a efetuar um conjunto estruturado de operações de produção de sentido e afeto” (CASETTI & ODIN, 2012 p.09), que são oferecidos pela televisão.



Já a *neotelevisão* rompe com o modelo de comunicação pedagógica da *paleotelevisão*. Segundo Casetti e Odin, a *neo-TV* não seria mais um espaço de formação, mas um espaço de convívio. “Já não é mais uma questão de transmitir um saber” (CASSETTI e ODIN, 2012 p.11). Mas sim de deixar possibilidades para a troca e a confrontação de opiniões. Vemos aparecer as primeiras e limitadas formas de interatividade, quando pelo telefone o espectador interage com os programas. “As afirmações dão lugar, às interrogações, o discurso institucional ao discurso individual” (CASSETTI e ODIN, 2012 p.11).

As pesquisas de Elizabeth Duarte (2007) procura refletir sobre esses discursos que são produzidos pela televisão através de uma cultura de gêneros, observando-os como categorias discursivas e culturais que se manifestam sob a forma de subgêneros e formatos (DUARTE, 2007). Os gêneros funcionam como estratégias de comunicabilidade (DUARTE, 2007). Duarte baseia sua análise e proposta nos estudos François Jost sobre a ideia de mundos e as realidades discursivas baseadas também na dicotomia entre real e ficcional na televisão (DUARTE, 2007). Analisando por essa perspectiva de Duarte, “os gêneros propõem um certo tipo de relação com o mundo, colocando à disposição do telespectador um certo nível ou plano de realidade e modo de ser” (DUARTE 2007, p.15). Já os subgêneros e formatos “seriam então responsáveis pelo percurso de configuração dessas realidades” (DUARTE, 2007, p.15).

Essa distinção entre os discursos real e ficcional proposto no início da televisão e que em seu segundo momento (*neotelevisão*) passou a apresentar uma aglutinação desses discursos, por uma cultura de gêneros e formatos, ou seja, os programas antes que mantinha uma clara distinção na narrativa, com a *neotelevisão* passou para uma heterogeneidade de linguagens dentro de uma mesma narrativa. Gêneros e formatos televisivos começaram a se misturar na tentativa de possibilitar novas leituras, tendências e experimentações.

É relevante compreender o sentido da *paleotelevisão* e da *neotelevisão*, o que nos dará possibilidades de construir argumentos para atual conjuntura na qual se insere o telejornalismo brasileiro. Esse novo cenário, segundo autores contemporâneos, está indo mais além das concepções de *neotelevisão*. Sobretudo, hoje se observam referências a uma pós-televisão, e isso é possível juntamente com tecnologia digital e os novos espaços de recepção e emissão de conteúdo que a internet vem possibilitando (LOUREIRO, 2008) (PISCITELLI, 1995).

3 METODOLOGIAS DE ABORDAGENS DO CORPUS MATERIAL

A tecnologia digital mudou a percepção e concepção do mundo, enquanto que na tecnologia analógica as características de cada mídia definem o formato de uma peça, ou melhor, “preendem” a peça a um suporte, hoje, com a tecnologia digital, tudo



converte para *bits* de informação que podem ser reconfigurados com um *software* de edição adequado.

Tanto o programa *Profissão Repórter* quanto o *CQC*, se enquadram nessa nova perspectiva de fazer televisão. Os dois formatos entram numa proposta de misturar informação com entretenimento. Esse hibridismo na linguagem será analisado adiante com os métodos de análise de conteúdos audiovisuais tomando como base três autores brasileiros.

O uso dos três autores tem por objetivo entender a construção de elementos que organizam a linguagem do jornalismo audiovisual e a processualidade de sua narrativa. Disso procuramos abranger um método composto de tendências expressivas no âmbito da televisão e de sua programação na atualidade, usamos as referências de Yvana Fachine (2009) que aborda cinco elementos expressivos da linguagem audiovisual que se manifestam nas produções contemporâneas e que tem influência de práticas em momentos de vanguarda na TV, principalmente com o Núcleo de produção Guel Arraes da rede Globo.

Contrastando com esses elementos expressivos da linguagem, procuramos direcionar para os elementos mais usuais e característicos da narrativa jornalística audiovisual, através da metodologia de Itania Gomes (2011) que direciona especialmente para as produções do telejornalismo com um modelo de análise para os formatos dos programas considerando-os um produto cultural e estético. Gomes (2011) apresenta três conceitos metodológicos que servirão como instrumentos para o analista fazer as abordagens de materiais empíricos, além de quatro operadores analíticos que possibilitam detectar elementos dentro da narrativa jornalística audiovisual.

Somando-se a esses autores, está o modelo metodológico de Iluska Coutinho (2009) quando busca refletir para as narrativas de telejornais e o modo como são construídas dentro de uma sequência dramática. Coutinho usa um método para a análise dos conteúdos, traçando um caminho de análise quantitativa e qualitativa usando critérios editoriais, de linguagem audiovisual e características do jornalismo televisivo no Brasil, com base em autores e estudos referenciais, e ainda fundamentos e modelos no telejornalismo americano, que ajudam no desenvolvimento e evidenciar uma narrativa dramática²⁵.

Após a pesquisa bibliográfica sobre os discursos, as narrativas, os gêneros e formatos e modos de análise da linguagem audiovisual em especial aplicada ao telejornalismo, uma vez identificadas as contribuições dos diferentes autores para a montagem da nossa própria metodologia para abordar o nosso objeto de estudo, de forma que

²⁵ Para um melhor aprofundamento das metodologias ver outro artigo de autoria: CARDOSO, Mauro, AUGUSTO, Isabel. *Metodologias para análise de produtos audiovisuais: proposta para análise de programas telejornalísticos na contemporaneidade*. 2016.



respondesse à nossa questão – *O hibridismo de linguagens, narrativas, gêneros e formatos no paradigma da sétima e atual fase do telejornalismo brasileiro conforme Rezende.*

4 ANÁLISE DO CORPUS MATERIAL

Hoje a televisão não está mais só no dispositivo TV, em que o telespectador tem que aguardar o horário de um programa, mas a televisão que conhecemos se expandiu, está agora nos celulares, na tela do computador, nas redes sociais. Hoje a nova televisão deve fazer conteúdos preocupados com uma audiência formados por pessoas que se encontram conectados por várias mídias, nos *smartphones*, nos *tablets*, no computador, na *smartv*. Nessa perspectiva que as equipes de telejornalismo devem atender e compreender um público cada vez mais disperso no ambiente da internet.

O espaço da internet possibilita essa maior interatividade do telespectador com a equipe de produção dos programas. Nos sites dos programas jornalísticos televisivos, aqui apresentados, *Profissão Repórter* e *CQC*, é natural a sessão que possibilite rever produções do programa anteriores, e muitas vezes, em sua íntegra e gratuitamente, mas a plataforma serve também como extensão para outras mídias como o texto, a foto, o podcast, o vídeo, etc. e outros tipos de narrativas que acabam complementando aquela realizada para o programa em seu suporte primário, a televisão. Os programas jornalísticos da TV sabendo dessa nova tendência procuram estar também no ambiente virtual, e não apenas no suporte convencional da televisão.

Se por um lado a audiência na TV convencional despencou, por outro, nunca se assistiu tanto produtos audiovisuais quanto nas últimas décadas²⁶. Estamos na era da informação e essa convergência de mídias vem nos colocar perante as produções cada vez mais difíceis de categorizar em um gênero ou formato definido, que nem na época da *paleotelevisão*, mas sua natureza híbrida é exatamente o que o diferencia. Se na *neotelevisão* temos como característica uma programação *omnibus* (CASSETI & ODIAN, 2012), estamos agora em mudanças mais marcantes com a presença do digital como suporte fim para qualquer forma de comunicação na contemporaneidade, o que alguns denominam de pós-televisão (PISCITELLI, 1995).

Guilherme Rezende quando periodiza a evolução do telejornalismo no Brasil vem a princípio procurar intercalar esse desenvolvimento tecnológico com uma busca à

²⁶ O Brasil é o segundo país em consumo de vídeos no Youtube. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/youtube-afirma-que-brasileiros-sao-maiores-consumidores-de-vidEOS-no-portal/> acessado em: 21/10/2016.



inovação e renovação da linguagem do gênero informativo. Se no início o telejornalismo buscava uma identidade para a sua narrativa, o formato do Jornal Nacional representa essa padronização, um modo de produzir telejornais, mas também se percebe, no contexto contemporâneo, a tentativa de ruptura ou a busca de novas influências de outras linguagens do audiovisual para novas experimentações. A princípio a mescla de narrativas e elementos do cinema, do documentário, do drama, do video-clip, da linguagem da internet, e toda uma tendência que envolve uma cultura de gêneros e formatos e uma convergência de meios estão cada vez mais em uso (ARONCHI, 2015) (DUARTE, 2007) (JENKINS, 2009).

Tanto o *Profissão Repórter* quanto o CQC entram numa proposta de espetacularização da notícia. O *Profissão Repórter* menos explícito que o CQC, mas ambos constroem uma narrativa moldada na proposta de informar enquanto entretém (ARONCHI, 2015). Suas sequências de diálogos vão ao encontro de uma estrutura narrativa baseada na dramaticidade, tanto no formato de contar as histórias quanto nas escolhas temáticas dos conteúdos, criando aquilo que Coutinho (2009) denomina de *drama cotidiano*.

O mediador (GOMES, 2011), por sua vez, também se faz personagem da situação, criando uma metalinguagem, a partir de uma tentativa de mostrar certos aspectos do processo de produção, exemplo de gravação inseridos dentro da narrativa, conversas em *off* com a câmera desfocada, ou simplesmente o ato de mostrar os produtores, os cinegrafistas ou parte da redação, o *Profissão Repórter* deixa claro como proposta de sua narrativa essa tendência. O CQC, por outro lado, utiliza uma mistura dos padrões tradicionais do jornalismo televisivo juntamente com uma proposta de subverter tais estereótipos (FECHINE, 2009), misturando a informação noticiosa com um tom de humor e sarcasmo, característica marcante do programa.

Outra tendência são novas dinâmicas de diálogos e montagens numa espécie de “colagem” (CASSETI & ODIAN, 2012). Os diálogos reduzidos e os cortes rápidos buscam dinamizar a sequência, através de uma montagem expressiva, como propõem Fechine (2009). Essa montagem expressiva carregada de efeitos de transições, sobreposições, trilhas, efeitos gráficos e outro tipo de processo que altere a imagem/sentindo é efetivado hoje pelo avanço da tecnologia digital e edição não-linear.

Essas tendências são marcantes com os programas que buscam inovação na linguagem, como demonstra Fechine (2009), mas também é característico de uma programação que vai além de uma *neotelevisão* (CASSETI & ODIAN, 2012). Esses elementos podem ser facilmente encontrados nas narrativas de ambos os programas, em níveis variantes. O CQC tem mais liberdade e maior possibilidade de experimentação por trabalhar com vários conteúdos em um mesmo programa, podendo somar quadros, narrativas, formatos e gêneros totalmente vinculado a sua



“estrutura narrativa”, que em si dá possibilidade para essas modificações. Já o *Profissão Repórter*, cada narrativa está centrada numa temática (GOMES, 2011), porém essa unicidade de tema é explorada de maneira de grande reportagem, trazendo vários dados e olhares para compor a problemática, os repórteres tornam-se participantes e personagens principais no drama cotidiano, uma estrutura que segue certos modelos narrativos (COUTINHO, 2009).

Desse modo, com já explanado, construímos nossa abordagem teórico-metodológica que auxilia a evidenciar uma construção de um produto híbrido, cuja principal característica é justamente o hibridismo e não um “purismo” ou “essência” na busca de uma linguagem própria para o telejornalismo que consolidou gêneros e formatos, como foi em outra fase do telejornalismo como, por exemplo, aquela cujo paradigma é o *Jornal Nacional* (REZENDE, 2010), mas que, ao contrário, parte exatamente do apresentado na análise dos dois programas exemplares dessa atual fase do telejornalismo conforme Rezende: uma complexidade e heterogeneidade nos formatos, nisso buscamos uma metodologia que englobe uma maior possibilidade de leitura e reflexão sobre os objetos.

REFERÊNCIAS

Aronchi, José Carlos de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo : Summus, 2015.

Brasil, Antônio & **Emerim**, Cárlica. **Por um modelo de análise para os telejornais universitários**. In: Seminário Internacional de Análise de Telejornalismo, UFBA, Salvador, 2011.

Bucci, Eugênio; **Kehl**, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre a televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

Casetti, Francesco & **Odin**, Roger. **Da Paleo à Neotelevisão: abordagem semiopragmática**. Tradução: Henrique Ramos Reichelt. In: Ciberlegenda: Os novos caminhos da produção, espectralidade e do consumo televisivo na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), n. 27, 2012.

Coutinho, Iluska. **Dramaturgia do Telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-mg**. rio de Janeiro: mauad X, 2012.

Duarte, Elizabeth in: **Duarte**, Elizabeth Bastos e **Castro**, Maria Lília Dias de (orgs.). **Comunicação audiovisual: gêneros e formatos**. Porto Alegre: Sulina, 2007.



Eco, Umberto. TV: a transparência perdida. In: irrealidade cotidiana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Fechine, Yvana. Guel Arraes e a renovação da linguagem na televisão brasileira. In: Santos, Roberto Elísio dos. Mutações da cultura midiática. 1. Ed. São Paulo : Paulinas, 2009. p. 205 a 228.

Gomes, Itania M. Mota. Metodologia de Análise de Telejornalismo. In: Gomes, Itania M. Mota. Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo. (org.) - Salvador : EDUFBA, 2011. p. 17 a 47.

Jenkins, Henry. Cultura da convergência. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

Loureiro, Luís Miguel. Convergência e hipermodernidade: emerge a TV do ego. In revista eletrônica: prisma.com n.º 7 /2008 ISSN: 1646 – 3153.

Piscitelli, Alejandro. Paleo-, Neo- y Post-televisión – Del contrato pedagógico a la interactividad generalizada. In: Mont, Gómez Carmen [et al.] la metamorfoses de la TV. 1ª. Edición, Universidad Iberoamericana, 1995

Rezende, Guilherme J. de. 60 anos jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. In: Vizeu, Alfredo; Porcello, Flavio & Coutinho, Iluska. 60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica. (orgs.), Florinópolis: Insular, 2010. p. 57 a 81.



Este livro foi composto
em Julius Sans One e Roboto
pela Editora da Universidade
Federal do Amapá

editora
da UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ





ISBN 978-855476024-3



9

788554

760243